



**08 DE NOVEMBRO DE 2017**

**Quarta-feira**

- GREVE GERAL CONTRA CORTE DE DIREITOS TRABALHISTAS PODE PARA CURITIBA NESTA SEXTA
- SINDICATOS PROCURAM ALTERNATIVAS A IMPOSTO
- NOVA LEI TRABALHISTA VALORIZA O TRABALHO MODERNO E INCENTIVA ECONOMIA DO SÉCULO 21
- DESENVOLVIMENTO DO BRASIL DEPENDE DO FORTALECIMENTO DA INDÚSTRIA
- COMISSÃO RETIRA INCENTIVOS A JORNADA REDUZIDA E LICENÇA DO PDV FEDERAL
- ARTIGO: BRASIL É UM PAÍS RUIM PARA FAZER NEGÓCIOS
- PRIVILÉGIOS A EMPRESAS LEVAM A FALTA DE INVESTIMENTO, DIZ RELATÓRIO DO GOVERNO
- PUBLICADA LISTA DE IGS DA UNIÃO EUROPEIA PARA RECONHECIMENTO NO BRASIL
- 'NÃO HÁ DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL SUSTENTÁVEL SEM ABERTURA ECONÔMICA', DESTACA MARCOS JORGE EM SEMINÁRIO SOBRE COMÉRCIO INTERNACIONAL
- ARTIGO: A CRISE DO BRASIL REPRESENTA UMA OPORTUNIDADE
- EUNÍCIO DEFENDE REFORMA DA PREVIDÊNCIA COM IDADE MÍNIMA
- LÍDER DO PMDB NO SENADO DIZ QUE TEMER ADMITIU APROVAR SÓ IDADE MÍNIMA
- TESOURO: GOVERNO CONFIA NA NECESSIDADE DE APROVAR REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- SEM REFORMA DA PREVIDÊNCIA, CARGA TRIBUTÁRIA VAI AUMENTAR, DIZ MANSUETO

- TEMER NÃO JOGOU TOALHA E FALOU QUE TENTARÁ REFORMA DA PREVIDÊNCIA, DIZ MANSUETO
- MEIRELLES DIZ QUE NÃO VAI RECUAR NA REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- APÓS REPERCUSSÃO NEGATIVA, TEMER TENTA SALVAR REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- PROJETO DE LEI QUE ACABA COM DESONERAÇÃO DA FOLHA JÁ RECEBEU MAIS DE 60 EMENDAS
- MUDANÇAS NO SETOR ELÉTRICO SERÃO ENVIADAS AO CONGRESSO
- SENADO APROVA INDICAÇÃO DE EMMANOEL CAMPELO PARA CONSELHO DIRETOR DA ANATEL
- ANEEL PROPÕE QUE ITAIPU POSSA REDUZIR ENERGIA A DISTRIBUIDORAS DO PAÍS EM 2018
- CHINA AMPLIA IMPORTAÇÕES DE PETRÓLEO E COBRE EM OUTUBRO
- VICE-PRESIDENTE DA UE VEM AO BRASIL PARA NEGOCIAÇÕES DO ACORDO COM MERCOSUL
- SAQUES DA POUPANÇA SUPERAM DEPÓSITOS EM R\$ 2,006 BI EM OUTUBRO
- IGP-DI DESACELERA A ALTA A 0,10% EM OUTUBRO FRAQUEZA DE PREÇOS NO ATACADO, DIZ FGV
- INADIMPLÊNCIA RECUA 2,5% EM 2017 ATÉ OUTUBRO E CEDE 4% EM 12 MESES
- INDICADOR ANTECEDENTE DE EMPREGO SOBE EM OUTUBRO E SINALIZA MERCADO DE TRABALHO FAVORÁVEL À FRENTE, DIZ FGV
- CORREÇÃO: BENS E SERVIÇOS CONSUMIDOS NO NATAL TERÃO DEFLAÇÃO PELA 1ª VEZ EM 2017
- GERDAU TEM LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE R\$145 MI NO 3º TRI
- COM NOVA POLÍTICA DE PREÇOS, REAJUSTES DE COMBUSTÍVEIS PESAM NO BOLSO
- GOOGLE PÕE NAS RUAS CARRO AUTÔNOMO SEM MOTORISTA PARA EMERGÊNCIAS
- CARROS PODEM RECEBER SELO DE SEGURANÇA NO BRASIL
- CONGRESSO SAE BRASIL: ENGENHARIA AUTOMOTIVA À ESPERA DO ROTA 2030
- FRAS-LE ENFRENTA REDUÇÃO DE LUCROS COM OSCILAÇÃO CAMBIAL EM 2017
- MARCOPOLO OBTÉM LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 178,4 MI
- VENDE DE USADOS CRESCE 9% EM VEÍCULOS LEVES

- IVECO MOSTRA CONCEITO ACESSÍVEL AO MOTORISTA DAILY LIFE
- TOYOTA REFORÇA APOSTA EM HÍBRIDOS NO PAÍS
- BMW, DAIMLER, FORD E VW CRIAM REDE DE RECARGA

<b>CÂMBIO EM 08/11/2017</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,250	3,251
<b>Euro</b>	3,769	3,771

**Fonte: BACEN**

### Greve geral contra corte de direitos trabalhistas pode para Curitiba nesta sexta

08/11/2017 – Fonte: Bem Paraná



Nesta sexta-feira (10) trabalhadores ligados a sete centrais sindicais prometem fazer uma greve geral. O ato tem o objetivo de protestar contra a Reforma Trabalhista, que entrará em vigor dia 11 de novembro. Em Curitiba, algumas categorias já confirmaram presença na manifestação, como metalúrgicos e bancários.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba e Região Metropolitana (SMC) está realizando várias atividades para mobilizar a categoria para participar do Dia Nacional de Lutas, marcado para essa sexta-feira, 10. A mobilização é contra o corte de direitos trabalhistas e pela geração de empregos de qualidade.

Os metalúrgicos das maiores empresas do setor em Curitiba e Região Metropolitana vão mobilizar em porta de fábrica, de acordo com o Sindicato. Além das mobilizações em porta de fábrica, um ato conjunto também está programado para esta sexta-feira (10) na Boca Maldita, no Centro de Curitiba, às 11 horas.

O ato vai reunir trabalhadores de diversas categorias das sete principais centrais sindicais do Brasil (CSB, CSP-Conlutas, CTB, CUT, Força Paraná, NCST e UGT).

“Vamos dar um grande grito de repúdio contras a implantação de reformas que vão trazer a precarização do trabalho no Brasil. Por isso é extremamente importante

mostramos nossa resistência e indignação”, alertou o presidente do SMC, Sérgio Butka.

## Sindicatos procuram alternativas a imposto

08/11/2017 – Fonte: DGABC



Entidades querem aumentar número de filiados para repor perda de verba após reforma trabalhista

Dentre as diversas alterações propostas pela reforma trabalhista, que entra em vigor no sábado, uma delas é o fim do imposto sindical. Atualmente, o pagamento da cota é obrigatório e equivalente a um dia trabalhado. Com a mudança, o pagamento será facultativo, ou seja, proveniente apenas dos associados. Com isso, os sindicatos buscam alternativas para substituir tal receita.

É importante lembrar que o presidente Michel Temer (PMDB) afirmou na época da sanção da reforma que Medida Provisória seria apresentada a fim de manter a cobrança do encargo. No entanto, a proposta deverá ser enviada até sexta-feira para o Congresso Nacional sem o item que regulamenta a contribuição.

Atualmente, o encargo anual soma R\$ 1,8 milhão aos cofres das entidades. Caso do Sindicato dos Químicos do ABC, que objetiva aumentar o número de sindicalizados – hoje em 14 mil. “A quantia é destinada para o departamento jurídico, de saúde e para técnicos de segurança”, exemplifica o presidente da entidade Raimundo Suzart, sem divulgar as expectativas para expansão da sindicalização.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano, Aparecido Inácio da Silva, o Cidão, afirma que é preciso buscar opções para substituir esta receita e saídas para reduzir custos. “Precisamos garantir a manutenção dos associados e ampliar este número (cerca de 12 mil)”, complementa, lembrando que, atualmente, o pagamento do imposto totaliza R\$ 1,5 milhão por ano.

No caso do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá, a intenção é que 70% da categoria seja associada, enquanto que, nos dias de hoje, apenas 30% (aproximadamente 4.000) são filiados.

A arrecadação anual proveniente da contribuição compulsória chega a R\$ 900 mil – 20% do faturamento total. “A quantia não é essencial, mas é muito importante. É um dinheiro que deixa de entrar para dar assistência ao trabalhador”, lamenta Adilson Torres, o Sapão, diretor administrativo financeiro do sindicato.

### **ALTERNATIVAS**

As entidades alegam ser contra a cobrança do imposto sindical desde o início e, em alguns casos, como o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a quantia é devolvida aos trabalhadores sindicalizados.

“Tem de haver alguma forma de custeio quando se faz uma negociação. O sindicato negocia para sócios e não sócios, então nós queremos uma forma que todo trabalhador que tenha direito à convenção coletiva possa contribuir”, observa Sivaldo Pereira, o Spirro, secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá.

As centrais sindicais defendem que o sustento seja por meio da mensalidade dos sócios e de taxas cobradas a não sócios mediante serviços realizados, como a negociação da convenção coletiva. “Os pontos estão sendo analisados porque esta é uma ideia futura, mas tudo será discutido em assembleia com a categoria”, garante Sapão.

Já Suzart salienta que a medida seria tomada apenas pelas entidades que “realmente representam o trabalhador e fazem negociações de acordos coletivos”, desta maneira, os setores que não possuem convenções coletivas não seriam obrigados a pagar nenhuma quantia ao sindicato equivalente.

### **Negociações seguem às vésperas da reforma**

A campanha salarial segue na semana que antecede a implementação da reforma trabalhista. Ontem, cerca de 26 empresas do grupo 3 (autopeças), representadas pelo Sinpa (Sindicato Indústria Parafusos Porcas, Rebites e Similares do Estado de São Paulo), assinaram o acordo coletivo referente à data base em 1º de setembro com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. A convenção abrange cerca de 1.200 trabalhadores e a negociação segue com o grupo 10, ligado ao Sindicel (Sindicato da Indústria de Condutores Elétricos).

Quanto aos Metalúrgicos de Santo André e Mauá, as negociações seguem e não é descartada a possibilidade de paralisação caso não haja acordo até sexta-feira com o grupo 10, que envolve cerca de 2.000 funcionários. Já Aparecido Inácio da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos são-caetanense, afirma que quase todos os grupos já fecharam o acordo, sem informar detalhes. “Não vemos problemas.”

## **Nova lei trabalhista valoriza o trabalho moderno e incentiva economia do século 21**

08/11/2017 – Fonte: CNI

### **Em vigor a partir de 11 de novembro, nova legislação é um marco importante para estimular novas formas de produção e harmonizar as relações de trabalho no Brasil pelo prestígio à negociação e ao diálogo**

“No meu ponto de vista, a reforma trabalhista não veio para retirar nenhum direito. Muito pelo contrário, eu acho que ela veio para atender às novas tendências de mercado. Não vejo como um retrocesso, vejo como uma evolução”, pondera Glauber de Oliveira, 30 anos. Analista de sistemas, o brasiliense integra um nicho do mercado de trabalho em expansão nesses tempos de economia digital.

Há um leque de profissões e atividades que surgiram ou se reinventaram com o avanço da tecnologia e revolucionaram a forma de se produzir, de trabalhar e de se comunicar. Faltava a legislação se modernizar.

Agora, porém, o trabalho contemporâneo terá lugar na legislação brasileira, como mostrará a série que a Agência CNI de Notícias veiculará até este sábado (11), quando entra em vigor a [Lei nº 13.467/17](#). Elaborada após anos de debates sobre a necessidade de se modernizar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), editada em 1943. Sem reduzir ou eliminar os direitos básicos do trabalhador, a nova lei prestigia o diálogo entre empresa e empregado para que definam, de comum acordo, condições e rotinas de trabalho que sejam mutuamente benéficas.

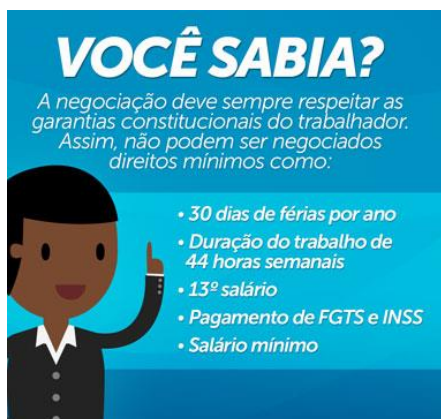
Assim, a adoção de arranjos aparentemente corriqueiros, como o *home office* e jornadas de trabalho mais flexíveis, que antes esbarravam na rigidez da legislação, podem se tornar mais comuns.

“A lei é muito positiva exatamente porque, ao suprir lacunas que a CLT tinha sobre temas como novas tecnologias, o teletrabalho, nova organização e novos contratos – terceirização e trabalho intermitente – faz com que o juiz tenha mais segurança para

julgar”, explica o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho.

**ESPAÇO DE NEGOCIAÇÃO** – A nova legislação investe na negociação coletiva como principal solução para as relações do trabalho. Por meio de acordos ou convenções coletivos, empresas e empregados adequam suas rotinas de produção a suas realidades específicas e de trabalho.

Neste contexto, para situações específicas, serão permitidos ajustes diretos entre o empregado e a empresa. É o caso do teletrabalho, pelo qual se dá ao empregado flexibilidade para definir as próprias rotinas no cumprimento das tarefas que combinar com a empresa. Este ponto da lei, aliás, segue quase à risca as regras adotadas pela Justiça Federal e que tiveram origem na Justiça do Trabalho.



“Isso é uma verdadeira revolução. Nós vínhamos, há muitos anos, tentando introduzir esta possibilidade de ajustes de acordo com a realidade de cada empresa, mas havia sempre o fetiche de que a lei se impõe em qualquer circunstância”, explica Luiz Carlos Robortella, advogado e professor de Direito do Trabalho. Para ele, a nova lei é um avanço na harmonização das relações do trabalho no Brasil por ter o “cunho pedagógico de incitar os sindicatos e estimular as empresas a conversarem mais, a terem efetivamente mais entendimento”.

Segundo o presidente honorário da Academia Nacional de Direito do Trabalho e professor titular da Universidade de São Paulo (USP), Nelson Mannrich, a nova lei dá um passo importante ao dar o protagonismo e a autonomia a empresas e empregados para, por meio do diálogo, construírem um conjunto de regras que será aplicado na própria realidade.

“Nós sempre tratamos o empregado como se fosse incapaz de expressar a sua própria vontade. Isso tem gerado muitos conflitos e é até um atentado à própria dignidade do trabalhador”, afirma.

**BRASILEIRO QUER FLEXIBILIDADE** – Ao permitir, expressamente, a negociação de uma ampla lista de rotinas que poderão ser negociadas, a Lei nº 13.467/17 atende aos anseios do próprio trabalhador.

Pesquisa recente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostrou que a possibilidade de trabalhar em casa ou em locais alternativos à empresa, conforme a necessidade, é desejo de oito em cada dez brasileiros. Uma jornada com horários mais maleáveis é vontade de grande maioria de quem está no mercado de trabalho: 73% dos trabalhadores querem ter mais flexibilidade no expediente.

Para o estudante e assistente administrativo Tiago de Lima Silva, a possibilidade de empregados em posições compatíveis com o *home office* trabalharem de casa contribui para a qualidade de vida do trabalhador, ao evitar o tempo gasto no trânsito, por exemplo, além de também ser positiva para a empresa.

“Já que há diversas profissões que vêm avançando no mundo da tecnologia, o trabalho que a gente pode fazer a distância, acho que ela (lei) vem para somar à lei que a gente teve até o momento. Tem muito a acrescentar no que a gente já conquistou”.  
"Toda a CLT continua valendo" - juíza Ana Luíza Fischer



**FLEXIBILIDADE E PROTEÇÃO** – Na própria Justiça do Trabalho, há quem enxergue que a flexibilidade oferecida pela nova lei do trabalho não é sinônimo de precarização ou perda de direitos. Pelo contrário, há a percepção de que as mudanças cumpriram a função de atualizar a legislação de 1943, publicada em um Brasil em que 80% dos trabalhadores viviam em áreas rurais e em uma época em que havia a necessidade de uma lei detalhista e rigorosa para se assegurar direitos, mas que não acompanhou a evolução nas formas de trabalhar e produzir, sobretudo decorrente da telefonia móvel e da internet.

“Em que pese tenha havido uma série de alterações na legislação, nesses mais de 70 anos, o fato é que ela já não atendia mais aos anseios do mundo do trabalho”, explica a juíza Ana Luíza Fischer, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 3ª Região (MG). “Houve uma regulamentação de uma série de formas de contratação que já existem no mundo trabalho e que não eram regulamentadas. Regulamentou-se, por exemplo, o teletrabalho, que já é uma realidade para 3 milhões de brasileiros hoje”.

Especialista em relações do trabalho, Magnus Apostólico lembra que a liberdade para negociar não veio acompanhada da redução de direitos, como afirmam opositores da modernização da lei.

“Certamente não retira qualquer direito, porque a legislação ficou toda vigente. O que ela permite é que os artigos da CLT sejam negociados. Mas, no caso de uma negociação infrutífera, valerá a legislação. Todas as garantias previstas no artigo 7º da Constituição continuam valendo. Toda a CLT continua valendo. Apenas será modificado se houver entendimento entre trabalhadores e empregadores”, afirma.

## **Desenvolvimento do Brasil depende do fortalecimento da indústria**

08/11/2017 – Fonte: CNI

### **Participantes de seminário na Câmara dos Deputados concordam que o país precisa de uma agenda para recuperar o setor**

“O Brasil precisa desenvolver novas políticas para o fortalecimento da indústria” - Flávio Castelo Branco, gerente-executivo de Política Econômica da CNI



A agenda do desenvolvimento da indústria e do Brasil deve incluir o aumento da produtividade e a remoção dos obstáculos que aumentam os custos da produção, como

as deficiências na infraestrutura, a complexidade do sistema tributário, o excesso de burocracia e a instabilidade do ambiente macroeconômico. Essa é a conclusão dos participantes do seminário Desafios para a Reindustrialização Nacional, realizado pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados nesta terça-feira (7), em Brasília.

“O Brasil precisa superar uma das piores crises da sua história e esse é o momento de discutirmos uma agenda para reverter o processo de desindustrialização do país”, afirmou o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), que preside a Comissão do Trabalho

Na avaliação do professor Gilberto Bercovici, da Universidade de São Paulo (USP), a saída para o Brasil retomar o crescimento econômico está no fortalecimento da indústria. “É a indústria que desenvolve produtos e inovações e facilita a mobilidade social”, disse ele.

Bercovici disse ainda que o fortalecimento da indústria brasileira depende, entre outras coisas, de políticas de juros e de concessão de crédito que incentivem o investimento das empresas. Também requer uma política energética coerente. Para Bercovici, o Brasil não se desenvolverá exportando apenas produtos primários. “A questão industrial é central para o país”, completou.

O gerente-executivo de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Castelo Branco, lembrou que a indústria tem uma participação de 21,2% no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. É responsável por 22,2% do emprego formal, 22% da massa de salários e por 38,1% das exportações.

Mesmo assim, ressaltou Castelo Branco, a indústria brasileira é menos relevante para a economia do que a dos países asiáticos, a da Índia e até a da Argentina.

“A indústria brasileira tem um tamanho menor do que deveria ter. É menor do que foi há duas décadas”, lembrou o economista. Segundo ele, a indústria brasileira vem perdendo espaço nas exportações e na produção mundial de manufaturados.

Castelo Branco explicou que a perda de importância da indústria na economia é uma característica de países desenvolvidos.

“Quando a renda da população alcança níveis elevados, a tendência é que a indústria dê lugar aos serviços”, acrescentou. No entanto, no Brasil, a indústria vem perdendo espaço, mesmo sem ter registrado o aumento de renda da população.

“O que ocorreu no Brasil foi uma desindustrialização precoce”, afirmou Castelo Branco. Isso, segundo ele, é resultado da perda de competitividade da indústria brasileira, provocada por baixa produtividade, custos elevados, infraestrutura deficiente, baixa qualificação da mão de obra, insegurança jurídica, sistema tributário caro e complexo, elevado custo do crédito e excesso de burocracia.

Castelo Branco destacou que o Brasil precisa desenvolver novas políticas para o fortalecimento da indústria. Essas políticas devem estar conectadas com a quarta revolução industrial, chamada indústria 4.0, buscar o aumento da competitividade e aproximar o país da economia internacional.

Também participaram do painel Carlos Alexandre da Costa, diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e Marina Mattar, coordenadora da Comissão de Relações Governamentais da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim).



## **Comissão retira incentivos a jornada reduzida e licença do PDV federal**

08/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

A comissão mista que analisa a medida provisória (MP) que instituiu o Programa de Desligamento Voluntário (PDV) do governo federal aprovou nesta terça-feira, 7, uma versão desidratada da proposta enviada pela equipe econômica.

Os parlamentares retiraram dois artigos que permitiam a servidores em jornada reduzida ou em licença não remunerada o exercício de outra atividade – o que na prática elimina o incentivo à adesão e inviabiliza a medida. O texto agora segue para o plenário da Câmara dos Deputados e tem até o dia 28 de novembro para ser votado antes de perder validade.

O relatório foi votado rapidamente em sessão nesta terça na comissão mista, presidida pelo deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), que ficou conhecido como um dos integrantes da “bancada do Refis”. Esse grupo de parlamentares pressionou o governo a conceder descontos maiores para devedores no programa de parcelamento de débitos com a Receita Federal.

Segundo apurou o Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, Quintão negociou a mudança no texto do PDV com a Secretaria de Governo, comandada pelo ministro Antonio Imbassahy, do PSDB – partido em que parte dos integrantes quer o desembarque do governo Michel Temer.

A retirada dos artigos não teve o aval do Ministério do Planejamento, que esteve à frente da formulação da proposta. Os pedidos de mudanças no relatório do senador João Alberto Souza (PMDB-MA) feitos pela equipe econômica tampouco foram apresentados durante a sessão.

O artigo 12, um dos retirados, prevê que o servidor pode exercer outra atividade, pública ou privada, durante o período em que estiver em jornada reduzida, desde que isso não configure conflito de interesses. Isso inclui administrar empresas ou participar de conselhos fiscal ou de administração de companhias. O artigo 14, outro que foi suprimido, estende esses benefícios a quem aderir à licença não remunerada (afastamento por três anos, prorrogáveis por mais três).

No caso da jornada reduzida, é preciso que as demais atividades sejam compatíveis com o horário da função pública.

O governo espera economizar R\$ 1 bilhão com a MP do PDV, que inclui ainda a demissão voluntária de servidores que quiserem deixar o funcionalismo público. Como a área econômica considera que a “medida morre” sem esses incentivos, a economia esperada pode ficar em risco.

## **Artigo: Brasil é um país ruim para fazer negócios**

08/11/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Bandeira do Brasil em frente ao Congresso Nacional, em Brasília

A situação social e econômica do Brasil é mais do que preocupante. Nos últimos 30 anos, nosso crescimento econômico, a condição necessária (mas não suficiente) para acomodar uma distribuição razoável do produzido entre o capital e o trabalho, tem

sido medíocre. Não é a única mas, certamente, é uma das principais causas da dramática divisão política a que chegamos.

Não há o que discutir. Elas revelaram uma sucessão de terremotos (hiperinflação, crises cambiais etc.) e de eventos extraordinários (morte de Tancredo, Constituição de 1988, plano Real, Lei de Responsabilidade Fiscal etc.) que, entre idas menores do que vindas, ampliaram em quase 30% a nossa distância com relação aos outros países emergentes.

Ficamos relativamente mais pobres, acompanhados de um pequeno surto de melhoria transitória da péssima distribuição de renda, mas terminamos na mais grave recessão dos últimos 50 anos.

O interessante "Doing Business", do Banco Mundial, começou a ser publicado em 2004. O índice agregado de cada país, o chamado "Facilidade de Fazer Negócio", que "mede o sentimento" dos agentes que nele ou com ele trabalham, tem sido calculado desde 2006. O número de países pesquisados cresceu de 155 em 2006 para 190 em 2017.

A posição do Brasil sempre foi muito ruim. Nosso ranking nunca ultrapassou o limiar do limite superior (lembre que o melhor é o ranking 1 e o pior o 190) do nono decil da distribuição. A partir de 2014, num novo aperfeiçoamento, o Banco Mundial passou a divulgar a posição de cada economia com relação à "fronteira", isto é, o país melhor situado para o exercício de uma eficiente economia de mercado, cuja nota é 100.

A posição do Brasil estimada no último "Doing Business" foi 56%, o que significa que estamos 44% abaixo da "fronteira"! Para comparação, a média da América Latina e Caribe é de 41%; da China, 35%; do Chile, 29% e do México, 28%.

No ranking dos 190 países, somos o 125º, enquanto o México é o 49º, o Chile o 55º e a China o 78º, apenas para dar alguns exemplos.

Desde a sua posse, o presidente da República, Michel Temer, tem estimulado a sua equipe econômica a produzir medidas infraconstitucionais que melhorem a classificação brasileira e alguns resultados já são visíveis (legislação salarial, redução do subsídio dos juros etc.).

É evidente que essas classificações têm uma alta dose de "sentimento", apoiada em observações individuais, mas são uma indicação da lamentável "qualidade" geral do nosso sistema econômico para cumprir a sua missão de aumentar a produtividade do trabalho.

**(Antonio Delfim Netto**- Ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici), é economista e ex-deputado federal).

### **Privilégios a empresas levam a falta de investimento, diz relatório do governo**

08/11/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Definir o interesse público como interesse de empresas distorce a estrutura de incentivos e leva as companhias a produzir bens inferiores e a tentar influenciar governos, "legal ou ilegalmente", para garantir crescimento sem investir em inovação, de acordo com o segundo relatório de conjuntura preparado pela SAE (Secretaria de Ações Estratégicas) do governo federal.

"Definir o interesse público como o interesse de alguns brasileiros é ignorar que políticas de privilégio, conquanto beneficiem grupos específicos, usualmente reduzem a eficiência econômica e prejudicam a sociedade brasileira em termos agregados", diz o texto divulgado nesta terça-feira (7) pela Secretaria-Geral da Presidência, à qual a SAE é ligada.

O documento, que se concentra na questão da produtividade brasileira, afirma ainda que, no período entre 2000 e 2015, a produtividade do trabalhador brasileiro foi menor do que 75% de 140 países em desenvolvimento analisados.

"Em grande parte, tal cenário de baixo crescimento da produtividade se explica por taxas de investimento baixas em relação a outros países em desenvolvimento —cerca de 16% a 20% do PIB no Brasil em comparação a mais de 40% para muitos países asiáticos", diz o relatório.

O aumento da produtividade, aponta o estudo, precisa de ações "transversais" em três áreas: a capacidade de realizar trocas comerciais internacionais, a integração doméstica via boa [infraestrutura](#) e qualidade dos marcos regulatórios e um bom ambiente de negócios e alto nível de segurança de direitos de propriedade.

Em relação às trocas comerciais, uma das principais medidas propostas seria a redução da tarifa externa comum do Mercosul, algo que precisa da concordância dos demais países do bloco —Argentina, Paraguai e Uruguai.

Além disso, o relatório propõe acabar com todas as tarifas nas trocas comerciais entre Mercosul e Aliança do Pacífico e reduzir os níveis tarifários dentro do acordo de Nação mais Favorecida da OMC (Organização Mundial do Comércio).

O documento propõe, ainda, que sejam feitos investimentos em políticas de mitigação dos efeitos da abertura comercial aos trabalhadores.

"Tradicionalmente, as políticas de mitigação brasileiras buscam proteger as firmas a quem se concedem privilégios comerciais que tendem a criar novas distorções. Alterar o foco para o trabalhador que vier a ser afetado negativamente pela abertura, via programas de requalificação e treinamento (associados ou não ao seguro-desemprego), pode reduzir os custos políticos da abertura, beneficiando o conjunto da população sem deixar de proteger os trabalhadores afetados", analisa o relatório.

## **INFRAESTRUTURA**

O estudo destaca, ainda, a falta de integração do mercado brasileiro e os conhecidos problemas de infraestrutura e sugere facilitar o investimento privado na área.

Para isso, diz o relatório, é preciso melhorar a qualidade da regulação setorial brasileira, em particular no setor de logística, aprovando a lei geral das agências reguladoras, e aumentar a possibilidade de o governo entrar como contraparte nas operações de hedge àquelas concessionárias que buscarem financiamento externo.

Na área de melhoria de ambientes de negócios, o estudo defende que, para além da reforma trabalhista e previdenciária, o governo deveria avançar na simplificação tributária.

Um dos pontos seria a unificação em blocos de impostos corporativos sobre a renda (IRPJ e CSLL) e sobre consumo ou folha de pagamentos (ICMS, IPI, ISS, Cofins, Pis/Pasep e Salário Educação) com a criação de um IVA (Imposto sobre Valor Agregado).

O documento sugere ainda que se reverta o aumento do crédito direcionado no portfólio do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

"A corrente redução da carteira do BNDES não foi suficiente para reduzir essa participação, uma vez que o crédito livre caiu ainda mais do que o crédito direcionado", diz o texto.

## **Publicada lista de IGs da União Europeia para reconhecimento no Brasil**

08/11/2017 – Fonte: MDIC

O INPI publicou em 7 de novembro, na Revista da Propriedade Industrial nº 2444 a lista oficial de Indicações Geográficas da União Europeia

O INPI publicou em 7 de novembro, na Revista da Propriedade Industrial (RPI) nº 2444, a lista oficial de Indicações Geográficas da União Europeia, assim como as respectivas fichas técnicas, conforme determinado pela [Instrução Normativa nº 79/2017](#), no âmbito das negociações do acordo Mercosul-UE.

Terceiros que forem contrários à recomendação de reconhecimento do registro daquelas IGs no Brasil poderão apresentar subsídios e enviá-los para o e-mail [subsídios@inpi.gov.br](mailto:subsídios@inpi.gov.br). O prazo é de 30 dias corridos, a contar da publicação da lista oficial na RPI nº 2444. [O usuário interessado em se manifestar deve preencher o formulário específico](#). Cada mensagem poderá conter até 20 MB.

## **'Não há desenvolvimento econômico e social sustentável sem abertura econômica', destaca Marcos Jorge em seminário sobre comércio internacional**

08/11/2017 – Fonte: MDIC



Secretário-executivo do MDIC participou, nesta terça-feira, de evento sobre abertura econômica realizado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

O secretário-executivo do Ministério da Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Marcos Jorge de Lima, participou, nesta terça-feira, da abertura do "Diálogos Estratégicos - Abertura Econômica para o Desenvolvimento e Bem Estar". No evento, realizado no Palácio do Planalto, Marcos Jorge destacou a necessidade de o governo brasileiro negociar acordos comerciais com outros países:

"A experiência histórica mostra que não há desenvolvimento econômico e social sustentável sem abertura econômica. O mercado internacional tem sido uma das grandes prioridades do ministro Marcos Pereira à frente do MDIC. Estamos trabalhando para criar oportunidades de negócio e revisar a posição do Brasil no cenário global. Nos últimos meses, abrimos ou reforçamos o diálogo com diversos países com foco na conclusão de acordos comerciais", destacou.

O evento, organizado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, tem o objetivo discutir a integração brasileira às cadeias produtivas globais. Foram convidados representantes dos Ministérios das Relações Exteriores e da Fazenda e de outros órgãos governamentais, do Fórum Econômico Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Mundial para o Brasil.

"Esta é uma grande oportunidade para representantes de entidades e privadas e públicas trocarem experiências e informações sobre o que há de mais avançado nas discussões sobre o tema", afirmou Marcos Jorge.

O secretário-executivo do MDIC destacou, ainda, o resultado recorde da balança comercial de setembro. Em 10 meses, o país alcançou o saldo de US\$ 58 bilhões, com exportações de US\$ 183,5 bilhões - valor 20% maior na comparação com o mesmo período de 2016.

Marcos Jorge apontou também outras iniciativas que estão sendo desenvolvidas pelo MDIC para estimular a economia, atrair investimentos e gerar empregos, como o Plano Nacional da Cultura Exportadora e os Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimento (ACFI), assinados com catorze países. "Estamos comprometidos com ações que garantam a retomada do crescimento, com aumento da produtividade e inovação e, com isso, buscamos a inserção da produção brasileira nas cadeias globais de valor."

### **Programação**

De manhã foi realizada a conferência "Comércio internacional com o vetor para o desenvolvimento econômico", apresentada pela chefe da Iniciativa do Sistema de Crescimento Econômico e Inclusão Social (Economic Growth and Social Inclusion System Initiative) do Fórum Econômico Mundial, Margareta Drzeniek-Hanouz. Em seguida, houve o painel "Inserção internacional como fundamento de uma economia produtiva e incluyente".

À tarde, o secretário de Comércio Exterior do MDIC, Abrão Neto, participou do painel: "Uma agenda para alavancar o comércio exterior do Brasil". Ele destacou aos participantes do evento que as medidas de facilitação de comércio são de baixo custo. "Isso é muito importante num momento de redução de gastos. O carro-chefe do governo federal é o Portal Único de Comércio Exterior, coordenado pelo MDIC e pelo Ministério da Fazenda, em parceria com outros vinte órgãos. Em 2017, nossa previsão é concluir o Novo Processo de Exportações. No ano que vem, vamos incorporar as importações", disse.

Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas apresentados pelo secretário, a implantação completa do Portal Único até o final de 2018 deve gerar ganhos de US\$ 24 bilhões e um aumento da corrente de comércio de 6 a 7% por ano.

Abrão também citou o resultado do último relatório *Doing Business* que, na parte de comércio internacional, indicou que o Brasil melhorou dez posições. "Essa melhora é atribuída às mudanças que o Portal Único tem trazido. Quando as etapas de exportações e importações forem concluídas, a melhora virá com uma força muito maior", afirmou.

### **Artigo: A crise do Brasil representa uma oportunidade**

08/11/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



O Brasil vive uma crise econômica, política e moral. Essa não é a minha avaliação. É a avaliação de um antigo dirigente do país que conheço há décadas.

É difícil argumentar contra ela: a economia sofreu uma imensa recessão, com queda real de 9% na renda per capita entre 2013 e 2016; o crescimento é lento por motivos estruturais; a posição fiscal é insustentável; e um escândalo de corrupção engolfou a elite política e alguns dos empresários mais importantes do país.

De fato, o Supremo Tribunal brasileiro autorizou investigações sobre muitos dos ministros, senadores e governadores, além do presidente, líderes do Congresso e dirigentes dos principais partidos.

Não surpreende que os políticos e os partidos estejam desacreditados. Como descobri quando visitei o Brasil no mês passado, os especialistas temem que isso leve a uma extrema polarização da política. Mas uma crise também pode causar mudanças. O Brasil deveria aproveitar essa oportunidade.

Não devemos exagerar o pessimismo. A expectativa de vida subiu de 60 para 74 anos, entre 1970 e 2014, e o índice de natalidade caiu de cinco para 1,7 filhos por mulher. A energia do Judiciário na condução da operação Lava Jato de combate à corrupção é invejável. A recessão se converteu em uma discreta recuperação. O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê crescimento de 0,7% este ano e de 1,5% no ano que vem. O segundo número pode se provar pessimista. A estabilidade monetária conquistada nos anos 90 persiste, e a inflação caiu a 2,5% em setembro.

Mesmo assim, os desafios estruturais, na política e economia, são imensos. A desigualdade de renda continua a ser uma das mais altas do planeta. E isso não é compensado por crescimento rápido: entre 1995 e 2016, a renda per capita real cresceu em apenas 25%, o que deixa o Brasil abaixo da Argentina, México, Colômbia e Chile. Com relação aos Estados Unidos, a renda per capital brasileira está estagnada nos últimos 25 anos, em pouco mais de 25% do nível norte-americano, e o fracasso do país em reduzir a diferença é perturbador.

De acordo com o Conference Board, a produtividade total dos fatores brasileiros - um indicador sobre o nível de inovação do país - caiu em média 0,7% ao ano entre 2000 e 2016. O índice nacional de poupança brasileiro, sempre baixo, foi de apenas 16% em 2016. Consequentemente, a taxa de juro real de curto prazo do Banco Central ficou, em média, logo abaixo dos 5% na última década.

Além disso, a população está envelhecendo. Em termos gerais, o potencial de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) provavelmente fica abaixo dos 2%. As perspectivas de crescimento medíocres agravam ainda mais a posição fiscal. O Brasil tem um imenso deficit fiscal estrutural. O FMI acredita que ele atingirá os 11% do PIB em 2022.

A arrecadação tributária já é de quase 30% do PIB. Ela deve crescer com a recuperação, mas não o bastante para cobrir o deficit e impor controle sobre a alta da dívida pública, já que os gastos públicos ficam perto dos 40% do PIB.

O limite imposto pelo governo aos gastos públicos entrará em choque com pagamentos obrigatórios de benefícios, especialmente aposentadorias. Pelo começo da década de 2020, o governo pode ter de eliminar todos os seus gastos não obrigatórios.

O Brasil precisa de reformas econômicas e fiscais abrangentes. As reformas econômicas mais importantes incluem: abrir uma economia relativamente fechada; reforma tributária; reforma trabalhista; investimento mais alto em infraestrutura; e políticas públicas que promovam maior poupança.

Estas últimas se conectam à reforma fiscal. Como parte da reforma fiscal, é preciso que haja mudança abrangente das aposentadorias, para colocar os dispêndios do governo sob controle. Um esquema de poupança para aposentadoria poderia elevar o nível nacional de poupança. O governo também precisa ter liberdade para controlar o número e a remuneração dos funcionários públicos. Fazer tudo isso liberaria recursos para outras áreas.

Seria um erro encarar as reformas necessárias como técnicas. Elas são altamente políticas. Envolvem promover mudanças fundamentais na maneira pela qual o Estado,

os políticos e o funcionalismo operam. O sistema precisa trocar a corrupção pela honestidade, a opacidade pela transparência, a impulsividade pela previsibilidade, e o cuidado com os privilegiados pelo cuidado para com o povo. É isso que os escândalos de corrupção, a longa crise fiscal, os padrões ineficientes de gastos do governo e as fraquezas econômicas do país em longo prazo estão dizendo aos brasileiros.

Especialmente em uma sociedade livre e aberta, realizar mudanças assim profundas representa um imenso desafio. Isso é especialmente verdade quando a situação de curto prazo está melhorando. Além disso, o atual governo, ainda que pressionado, fez um trabalho decente na restauração da confiança dos brasileiros (o que talvez surpreenda). O mesmo pode ser dito sobre o Banco Central (o que surpreende bem menos).

Ainda assim, problemas políticos precisam de soluções políticas. Quanto a isso, os augúrios para a eleição presidencial de 2018 não são positivos. Luiz Inácio Lula da Silva, condenado por corrupção, lidera as pesquisas, mas pode ser impedido de se candidatar. O segundo colocado nas pesquisas é Jair Bolsonaro, um direitista perto do qual Donald Trump serviria como exemplo de moderação e autocontrole.

Nenhum deles seria capaz de promover as reformas de que o Brasil precisa agora, por motivos diferentes. Lula está desacreditado; e Bolsonaro é um populista autoritário. Existem candidatos melhores. Mas o apoio a eles ainda é modesto. É possível se perguntar: onde estaria o Emmanuel Macron brasileiro?

É impossível visitar o Brasil, mesmo que por pouco tempo, sem sentir entusiasmo diante do calor humano de seu povo e da vitalidade de sua cultura. Mas o país vive momentos difíceis. Sim, a posição de curto prazo parece estar melhorando, um pouquinho. Mas existe gente demais desempregada, a economia é frágil demais, os políticos são corruptos demais e o Estado está capturado demais. É isso que a história e os acontecimentos recentes dizem aos brasileiros. O Brasil precisa de um renascimento político e econômico. A crise o torna necessário. Caso não aconteça, o futuro parece triste.

(**Martin Wolf** - comentarista chefe de Economia no jornal britânico 'Financial Times').

## **Eunício defende reforma da Previdência com idade mínima**

08/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), se manifestou nesta terça-feira, 7, favorável à reforma da Previdência e criticou os supersalários que furam o teto constitucional, dias depois de a ministra dos Direitos Humanos, Luislinda Valois (PSDB), pedir ao governo (e depois desistir do pleito) para receber acima do teto de R\$ 33,7 mil, acumulando salário e aposentadoria.

Em discurso disponibilizado pela assessoria de imprensa do Planalto, durante reunião do presidente Michel Temer com os líderes do Senado, Eunício pregou que o governo e o Congresso promovam com coragem o que chama da "reforma mínima": o estabelecimento de uma nova idade mínima para aposentadoria e o corte de privilégios dos três Poderes "e de outros que se acham poderes", em referência velada ao Ministério Público e Polícia Federal.

"Se a reforma da Previdência, lá no começo, não tivesse tido tanta incompreensão, nós teríamos feito essa reforma com muita velocidade, porque o Brasil precisa. Sabe o senhor mais uma vez que vão vender para a população brasileira que o senhor vai ser culpado de tudo o que não vai acontecer", afirmou Eunício, dirigindo-se a Temer. "O País não aguenta mais que cidadãos brasileiros, seja do poder Executivo, do Legislativo ou do Judiciário, que estão hoje convocados para determinadas tarefas ou

forças-tarefas ganhem R\$ 150 mil, R\$ 160 mil, R\$ 170 mil por mês de extraordinários durante três, quatro anos em nome da moralidade pública”, disse.

O senador peemedebista, que recentemente se assumiu eleitor do ex-presidente Lula, principal pré-candidato da oposição à sucessão de Temer, elogiou o atual presidente, chamado de “amigo”, e disse que ele é vítima de “injustiças”. Ele afirmou que os senadores não sofreram pressão de parte do Planalto ou reclamações e votou as matérias legislativas e sem compromisso com a “eleição de amanhã”. “O Congresso nunca deixou de atender às necessidades do País”, disse.

Eunício elogiou iniciativas como a liberação de FGTS e renegociação de dívidas. “Quantas medidas muitas vezes incompreendidas Vossa Excelência (Temer) teve a coragem de tomar, sabendo que essas medidas não lhe trariam nenhuma popularidade, pelo contrário, lhe tirariam popularidade, mas dariam à população de hoje e de amanhã e mais além, para o futuro, um novo patamar de convivência com dignidade.”

### **Líder do PMDB no Senado diz que Temer admitiu aprovar só idade mínima**

08/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

O líder do PMDB no Senado, Raimundo Lira (PB), contou que o presidente Michel Temer defendeu a aprovação de pelo menos uma idade mínima para aposentadoria durante reunião com líderes partidários do Senado, nesta terça-feira, 7. Outros pontos da reforma da Previdência proposta inicialmente pelo governo ficariam para a próxima gestão.

“O presidente acha que a reforma da Previdência, principalmente no que se refere à idade mínima, é importante para o País, e a reforma propriamente dita ficaria para o próximo governo eleito em 2018”, declarou o senador paraibano à imprensa. Ainda de acordo com Lira, o presidente da República defendeu idade mínima de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres.

Para o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), Temer “perdeu as condições” para aprovar a reforma, mesmo que em um formato mais enxuto. “Acho que essa coisa de se tratar de idade mínima é tardia. Isso deveria ter sido colocado em um cenário lá atrás, com critérios de transição”, comentou Calheiros ao Broadcast Político, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado.

Nesta terça-feira, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que o governo não vai recuar na reforma da Previdência e acredita que há a possibilidade de aprovação do texto ainda neste ano. Na segunda-feira, Temer admitiu pela primeira vez a possibilidade de uma derrota do governo ao tentar aprovar a proposta. “Se não quiserem aprová-la, paciência, mas eu continuarei a lutar por ela”, afirmou o peemedebista.

### **Tesouro: governo confia na necessidade de aprovar reforma da Previdência**

08/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

Um dia depois de o presidente Michel Temer sinalizar com a possibilidade de a reforma da Previdência ser derrotada no Congresso Nacional, a secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, disse que a equipe econômica continua confiante na necessidade de aprovar a proposta.

“Estamos vendo o Congresso trabalhando junto pela priorização dessa reforma”, afirmou, minimizando indicações de lideranças políticas de que o clima não é o melhor para a votação da PEC, que requer apoio de 308 deputados.



Temer fez a indicação de que a reforma da Previdência pode não vingar durante reunião na segunda-feira, 6, com lideranças no Palácio do Planalto. Segundo ele, uma “derrota eventual” não inviabiliza o governo.

“Nós continuamos confiantes na necessidade dessa agenda. Óbvio que o Congresso tem experiência na condução de seus temas. Acreditamos que a reforma é um fator que nos levará à sustentação desse ciclo positivo. Se não for feita agora, o que pode acontecer é termos que enfrentar uma reforma mais profunda (no futuro)”, explicou Ana Paula, após dar uma palestra a estudantes de Economia na Universidade de Brasília (UnB).

A secretária disse que o governo tem buscado demonstrar os efeitos positivos que a reforma vai trazer para as próximas gerações, principalmente em termos de garantia de pagamento de benefícios. Ela ressaltou ainda que a proposta é “fundamental” para a regra do teto de gastos, uma vez que a Previdência é responsável pela maior parte das despesas obrigatórias, que o governo não pode cortar de forma autônoma.

Segundo Ana Paula, a restrição do teto de gastos em 2018 ainda não é muito forte, mas a partir de 2019 o limite começa a ficar mais apertado. É quando os gastos obrigatórios passarão a ocupar uma fatia ainda maior dentro do teto, comprimindo as despesas discricionárias como os investimentos e o custeio da máquina pública.

### **Eletrobras –**

Com o tratamento da privatização da Eletrobras por meio de projetos de lei, e não medidas provisórias (MPs, que têm vigência imediata), a secretária evitou dizer se está em risco a arrecadação dos R\$ 12,2 bilhões esperados pelo governo com a operação e que estão no Orçamento de 2018 como receita. “Existem questões fiscais associadas a esse processo que vão ser discutidas pelo Congresso Nacional. Na parte do Tesouro, o que fazemos é adaptar toda a execução orçamentária e financeira à disponibilidade de recursos”, disse.

Segundo a secretária, a discussão sobre a privatização “terá suas definições no Congresso”. Ela negou haver preocupação com o impacto fiscal do envio da proposta de mudança legal por meio de projetos de lei. “Isso é uma estratégia de governo com o Congresso, são questões políticas, entre líderes”, afirmou. Ana Paula disse também que a privatização da Eletrobras está associada a um processo de melhoria regulatória do setor que é muito importante.

### **Sem reforma da Previdência, carga tributária vai aumentar, diz Mansueto**

08/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

Num momento em que o próprio presidente Michel Temer admite dificuldades para avançar com a proposta de reforma da Previdência, a mudança no sistema de aposentadorias e pensões foi apontada pelo secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto Almeida, como uma chave para o aumento da competitividade da economia brasileira, durante o seminário “Abertura Econômica para o Desenvolvimento e o Bem-Estar”.

Ele disse compreender o temor de alguns empresários com a abertura comercial, uma vez que no Brasil os juros e a carga tributária são elevados em comparação com outros países. “Se fizermos as reformas de que precisamos, podemos consolidar um ciclo longo de inflação e juros baixos”, disse. “E toda a agenda de não aumentar a reforma tributária vai exigir um conjunto de reformas, entre as quais a da Previdência.”

Segundo Mansueto, a China gasta 3,5% de seu PIB com o sistema previdenciário. O Brasil, 13,5% do PIB. “Sem a reforma, temos de aumentar a carga tributária”, afirmou.

“Chegamos a um ponto que temos de aliar reforma econômica, políticas sociais e sem dúvida avançar na abertura comercial”, disse o secretário. Ele comentou que é preciso parar de “demonizar” as importações, porque o uso de insumos importados aumenta a competitividade dos produtos brasileiros. Como exemplo, o secretário citou a Embraer, que consegue competir no mundo porque utiliza os melhores componentes que há no mundo.

A abertura, disse Mansueto, exigirá “lidar com questões distributivas”. Ao mesmo tempo em que o aumento de importados traz insegurança para um grupo de trabalhadores, ela proporciona acesso a produtos mais baratos.

Para o secretário, são necessários programas de treinamento para evitar o desemprego. Ele admitiu, porém, que não há recursos no orçamento para elevar de imediato esses programas.

### **Temer não jogou toalha e falou que tentará reforma da Previdência, diz Mansueto**

08/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente da República, Michel Temer, não jogou a toalha em torno das articulações para a aprovação da reforma da Previdência, defendeu nesta terça-feira, 7, o secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto Almeida. “Ele falou que vai tentar (aprovar) a reforma da Previdência, e que, para passar, depende do Congresso”, disse.

Temer afirmou na segunda-feira, 6, em reunião com líderes que “derrota eventual” na votação da reforma não inviabiliza o governo. Há seis meses que o texto está parado e enfrenta cada vez mais resistências dos parlamentares.

“Se num dado momento, a sociedade não quer a Reforma da Previdência, a mídia não quer a Reforma da Previdência e a combate e, naturalmente, o Parlamento, que ecoa as vozes da sociedade, não quiser aprová-la, paciência. Eu continuarei a trabalhar por ela”, disse o presidente.

Apesar da defesa, o secretário do Ministério da Fazenda alertou que a ampliação das incertezas em torno da votação da proposta já se reflete nos indicadores futuros da economia brasileira, com alguns agentes do mercado esperando a volta dos juros de dois dígitos em 2020, algo que chama a atenção principalmente porque a perspectiva para a inflação continua baixa.

“A economia brasileira vive um cenário extremamente positivo, com inflação em torno de 4% ao ano até 2020 e Selic em torno de 7% neste ano e no próximo e 8% em 2019 e 2020. Mas já há alguns agentes de mercado que esperam que essa taxa de juros possa subir para mais de 10% em 2020 justamente por conta da incerteza que hoje tem se vai aprovar ou não a Reforma da Previdência. Enfim, se vai ter ou não continuidade a agenda de reformas”, advertiu Mansueto Almeida.

Na avaliação do secretário, uma aprovação mais rápida da reforma teria como reflexo a consolidação do período de juros e inflação baixos. Mas ele reconheceu que há hoje insegurança em relação ao compromisso com a manutenção da agenda de reformas.

“Os ministros Dyogo (Oliveira), (Henrique) Meirelles e (Eliseu) Padilha dizem que, se mantiver agenda de reformas e isso tiver continuidade no próximo governo, ter algum atraso é normal. Se conseguirmos sinalizar continuidade da agenda de reformas, que vamos fazer tema de casa na área fiscal, que teremos Reforma da Previdência, aí o mercado vai ficar calmo. Mas é preciso essa tranquilidade”, disse Mansueto.

O secretário alertou ainda que a aprovação de uma reforma da Previdência é "inevitável" e que quanto mais completa ela for agora (sem desidratação), melhor para o País. "Se não conseguir fazer este ano, terá que fazer imediatamente, seja ano que vem, seja em 2019. Quanto mais adiar, significa que quando ela vier vai ser mais dura", disse.

Sem a reforma, a cada ano que passa vão faltar recursos para diversos programas, que acabarão sofrendo cortes, segundo Almeida. Isso ocorre porque o gasto com benefícios previdenciários vai crescer cerca de R\$ 50 bilhões em 2018 e R\$ 40 bilhões em 2019, comprimindo as demais despesas contra o teto de gastos.

### **Desburocratização**

Segundo Mansueto, é preciso que o atual governo, e também os próximos, continuem se empenhando em reduzir a burocracia.

"O Brasil melhorou muito em termos educacionais nos últimos 20 anos, mas essa melhora não se traduziu em aumento de produtividade, porque o ambiente de negócios meio que anulou esses ganhos", afirmou ele, que participou nesta terça da abertura do seminário "Abertura Econômica para o Desenvolvimento e o Bem-Estar", realizado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos.

Mansueto afirmou que para o crescimento não diminuir é preciso aumentar a produtividade da economia brasileira. Esse processo está ligado à melhoria do ambiente de negócios, com a simplificação de processos burocráticos e a investimentos em educação. O secretário afirmou esperar que os próximos governos continuem com o processo de desburocratização.

Os ganhos de produtividade, disse ele, têm uma conexão com as reformas econômicas atualmente em discussão no País. Trata-se, porém, de uma discussão complexa, pois há visões diferentes sobre como alcançar esses objetivos.

Ele comentou que o Brasil já mudou a postura. A intenção de ingressar na Organização para a Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE) são uma mostra disso, afirmou.

A abertura comercial, porém, continua sendo uma dificuldade. Segundo avaliou o secretário, ela não avançou desde os anos 1990, após o esforço visto na virada no final dos anos 1980.

"Cada um dos atores defende uma posição diferente, e cada um tem um pouco de razão", comentou. "Abertura comercial é que nem reforma fiscal, todo mundo é a favor, mas quando colocou no papel, acabou o consenso", disse.

Ele destacou que no último relatório Doing Business, do Banco Mundial, o Brasil caiu duas posições mas avançou no quesito transações comerciais, porque a avaliação das empresas é que ficou mais fácil importar e exportar.

É resultado do trabalho dos ministérios da Fazenda e da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, segundo avaliou. "É essencial que se traga para o debate do crescimento e da produtividade a abertura comercial", disse.

## Meirelles diz que não vai recuar na reforma da Previdência

08/11/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



O ministro Henrique Meirelles (Fazenda) afirmou nesta terça-feira (7), em São Paulo, que não vai recuar na reforma da Previdência.

Sua fala vem na esteira da declaração feita pelo presidente Michel Temer nesta segunda-feira (6) admitindo que a reforma pode não ser votada, mas que isso não inviabilizará seu governo.

Para Meirelles, o que o presidente fez foi reconhecer a dificuldade. "É um processo controverso em qualquer lugar do mundo. Não há país em que foi aprovada a reforma da Previdência sem dificuldade. Por outro lado, também foi enfatizado que a reforma não é uma questão de escolha. É fiscal, numérica, e terá de ser feita em algum momento", disse.

Ele voltou a afirmar que o crescimento das despesas previdenciárias no país não é sustentável e que hoje a Previdência está crescendo e "chegará num ponto em que será 60%, 80% do total do orçamento, inviabilizando investimentos em saúde, educação e infraestrutura".

A fala do presidente Temer também já foi mitigada pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que, também nesta terça, disse não ter visto com tanto "pessimismo" o recente discurso de Temer.

### **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Meirelles fez uma exposição a uma plateia de advogados sobre a nova lei de recuperações judiciais, que, segundo ele, foi concluída no Ministério da Fazenda, está sob análise de alguns detalhes técnicos na Casa Civil e será enviada ao Congresso nas próximas duas semanas.

"O processo de recuperação judicial no Brasil demora em média mais de dez anos. A ideia é trazer isso para menos de quatro anos", disse.

O ministro ressaltou a parte do projeto que trata das dificuldades enfrentadas por tais empresas de tomar crédito novo. "Hoje, praticamente não há créditos novos para empresas em recuperação. Esse projeto visa que, com a concordância de credores, trabalhadores e fornecedores, as empresas possam tomar recursos novos mesmo estando em recuperação, portanto, dando incentivo às empresas para voltar a trabalhar."

Ele falou também sobre a viabilização da venda de bens de empresas subsidiárias de grupos em recuperação judicial ou a melhor definição de prazos processuais.

"É um amplo leque de melhoras que faz com que no final do processo nós tenhamos uma aceleração de todo o procedimento, de maneira que as empresas viáveis tenham uma recuperação rápida, e as empresas inviáveis tenham também o seu processo de liquidação acelerado, de maneira que trabalhadores e credores possam receber o que lhes é devido", defendeu Meirelles.

## Após repercussão negativa, Temer tenta salvar reforma da Previdência

08/11/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Com a repercussão negativa, o presidente Michel Temer realizou nesta terça-feira (7) esforço concentrado para tentar reduzir o impacto de discurso no qual admitiu que a reforma previdenciária pode ser derrotada.

O peemedebista escalou integrantes de sua equipe ministerial para entrarem em contato com integrantes do mercado financeiro e para irem a público para dizer que acreditam ainda na aprovação da proposta.

Na segunda-feira (6), o presidente reconheceu que a reforma previdenciária pode não ser votada, mas defendeu que isso não inviabilizará o governo federal. Ele disse que continuará a defender a aprovação da iniciativa, mesmo que a população e a imprensa sejam contra.

O reconhecimento de que a proposta pode ser derrotada causou apreensão em empresários e investidores, para os quais o presidente "jogou a toalha" e desistiu da mudança nas aposentadorias.

Em vídeo, divulgado nas redes sociais, o peemedebista afirmou que está colocando toda a sua energia na aprovação da proposta e que passou esta terça discutindo o tema com os presidentes do Congresso Nacional.

"O governo cumpriu com o seu dever e remeteu ao Congresso Nacional a reforma previdenciária. E, naturalmente, tenho conversado muito sobre isso", disse.

Mais cedo, contudo, o presidente evitou se alongar e citou apenas de maneira indireta a reforma previdenciária em discurso inicial feito em reunião com senadores governistas.

"Para finalizar, o apelo de que nós insistíssemos um pouco na sequência das reformas fundamentais para o país", disse.

Segundo relatos, no decorrer da reunião, o peemedebista tratou do assunto, mas sem reconhecer enfaticamente que a proposta pode ser derrotada.

No mesmo encontro, o presidente do Senado Federal, Eunício Oliveira (PMDB-CE), disse que se a reforma não tivesse tido tanta incompreensão, ela já teria sido aprovada.

"Mais uma vez, vão vender para a população que o senhor [Michel Temer] vai ser o culpado de tudo que não vai acontecer", disse.

Em São Paulo, o ministro Henrique Meirelles (Fazenda) afirmou que não vai recuar na reforma, discurso semelhante ao do ministro Eliseu Padilha (Casa Civil), em vídeo divulgado nas redes sociais.

Em Brasília, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou não ter visto com tanto "pessimismo" o discurso do presidente.

"O governo precisa chamar seus líderes, os presidentes dos partidos, individualmente, e tentar mais uma conversa mostrando qual o impacto da não realização da reforma já em 2018", disse.

### **NOVA PROPOSTA**

No encontro desta terça-feira (7), senadores governistas defenderam que o governo federal envie ao Congresso Nacional um novo projeto para reforma previdenciária.

Durante a reunião, o peemedebista ouviu posição unânime entre os presentes de que não há chances de o Congresso Nacional aprovar a reforma no formato atual.

Os governistas defenderam uma proposta mais flexível e enxuta, que mantenha pelo menos a fixação da idade mínima.

Eles lembraram que, caso a iniciativa seja aprovada neste ano na Câmara dos Deputados, será apreciada no Senado Federal só no mês de março, poucos meses antes do início da campanha eleitoral.

Segundo relatos de presentes, o presidente voltou a defender a aprovação de uma proposta possível e disse que o país será derrotado caso uma mudança nas aposentadorias não seja feita.

O líder do PSDB, Paulo Bauer (SC), chegou a propor um novo modelo para que as mudanças que forem aprovadas agora passem a valer apenas para aqueles que ainda não entraram no mercado de trabalho.

Ele brincou que, pelo projeto atual, os senadores teriam de votar a Previdência Social em pleno feriado de Carnaval, devido ao calendário apertado.

### **Projeto de lei que acaba com desoneração da folha já recebeu mais de 60 emendas**

08/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

A nova tentativa do governo de acabar com a desoneração da folha de pagamentos para cerca de 50 setores deverá enfrentar as mesmas resistências que minaram a aprovação da Medida Provisória que reonerava os salários.

O projeto de lei enviado pela equipe econômica ao Congresso no começo de setembro só começará a ser discutido agora na Câmara dos Deputados e já conta com as mesmas emendas que levaram o governo a desistir da MP 774 anterior pouco antes de ela caducar.

Até a manhã desta terça-feira, 7, já haviam sido apresentadas 61 emendas ao PL 8456/2017, que acaba com a opção atual desses setores recolherem a contribuição previdenciária sobre o faturamento e não sobre a folha de salários. A comissão especial do projeto na Câmara fará sua primeira reunião nesta terça à tarde. O relator na comissão é o opositor Orlando Silva (PCdoB-SP).

Assim como ocorreu com a MP editada no fim de março e revogada em agosto, a maioria das propostas de alteração ao texto está diretamente relacionada com o lobby de setores da indústria e de serviços que desejam manter a desoneração.

Nos textos originais tanto da MP quanto do novo projeto, seriam poupados da reoneração apenas os setores da construção civil e construção obras de infraestrutura (alíquota de 4,5% sobre o faturamento); transportes rodoviário, ferroviário e metroviário de passageiros (alíquota de 2,5%); e as empresas jornalísticas (alíquota de 1,5%).

Durante a tramitação da fracassada MP 774, foram apresentadas 90 emendas ao texto e o então relator do texto na comissão mista do Congresso, senador Aírton Sandoval (PMDB-SP), chegou a estender o benefício para as indústrias estratégicas de Defesa, e para as fábricas de têxteis e calçados – bem como seus insumos: couros, grampos, rebites e fechos.

Agora, os campeões de pedidos – muitas vezes com a mesma emenda apresentada por mais de um parlamentar – são os setores de transporte ferroviário de cargas (8),

móveis (6), confecções e vestuário (5), têxteis (4), transporte rodoviário de cargas (4), equipamentos médicos e hospitalares (3), indústria aeroespacial (3), calçados (2), tecnologia da informação (2), call centers (2) e transporte aéreo de passageiros (2).

Há ainda emendas para manter a desoneração para os setores de produção de carnes, ônibus e carrocerias, autopeças, pallets, contêineres, couro, além da indústria pesqueira.

Com o projeto original, o governo esperava um efeito líquido de redução da renúncia fiscal sobre a folha – ou seja, um reforço na arrecadação – em cerca de R\$ 10,036 bilhões em 2018, em R\$ 10,854 bilhões em 2019 e em R\$ 11,728 bilhões em 2020.

Por se tratar de mudança de tributação, a medida só pode entrar em vigor 90 dias após a publicação da nova lei. Uma emenda do deputado Mauro Pereira (PMDB-RS), no entanto, propõe jogar a validade da reoneração da folha apenas para janeiro de 2019, acabando com qualquer efeito fiscal da medida para o próximo ano.

O presidente da comissão especial na Câmara, deputado Renato Molling (PP-RS), apresentou oito emendas, quase todas voltadas para setores específicos, mas uma delas chama a atenção por não ter relação com a desoneração da folha de pagamento. A emenda nº 58 tenta alterar a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para facilitar a exportação de cigarros em embalagens diferentes das comercializadas no Brasil.

Já o deputado Pepe Vargas (PT-RS) apresentou uma emenda para condicionar a desoneração na folha de salários à manutenção do nível de emprego pelas companhias beneficiadas, mas também tenta emplacar emendas não relacionadas ao tema, como a correção da tabela do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) e a tributação sobre e lucros e dividendos.

## **Mudanças no setor elétrico serão enviadas ao Congresso**

08/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

O governo vai enviar ao Congresso uma medida provisória (MP) e dois projetos de lei com mudanças no setor elétrico. A meta, segundo o secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, é concluí-los em dez dias.

Os projetos de lei, que vão tramitar em regime de urgência, vão definir regras para a privatização da Eletrobrás e o novo marco regulatório do setor elétrico. A MP trará os termos de um acordo para acabar com a disputa bilionária em torno do risco hidrológico (aumento dos custos na geração em decorrência da seca).

O governo queria que tudo fosse tratado por medidas provisórias – que passam a vigorar imediatamente após publicadas -, mas a União teve de ceder aos apelos da Câmara e do Senado. Para o risco hidrológico, porém, houve acordo com o Legislativo. “Era para ser um projeto de lei, mas, pela urgência do tema, vai ser MP”, disse o ministro Fernando Coelho Filho.

A MP, que já está na Casa Civil, vai permitir que os geradores sejam compensados, de forma retroativa, por medidas adotadas pelo governo que não estavam relacionadas à seca nos últimos dez anos. A estimativa é que o conjunto de geradores tenha sido punido em R\$ 16 bilhões, mas, considerando só as usinas que atuam no mercado livre, alvo da MP, o valor varia de R\$ 4 bilhões a R\$ 5 bilhões.

A principal compensação virá da correção de uma “pedalada” realizada no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que concedeu subsídios às usinas de Santo Antônio, Jirau e Belo Monte. Para obter o menor preço possível no leilão dessas usinas

e tentar reduzir as tarifas, o governo permitiu que elas pudessem vender mais energia do que produziam à custa de outras hidrelétricas.

A outra compensação prevista na MP será pelo deslocamento hidráulico, situação que ocorre quando o governo obriga usinas a produzirem menos do que poderiam, o que traz prejuízos para as usinas. A MP terá efeito retroativo e valerá a partir de 2013.

### **Senado aprova indicação de Emmanoel Campelo para Conselho Diretor da Anatel**

08/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Senado aprovou nesta terça-feira, 7, o nome do advogado Emmanoel Campelo de Souza Pereira para vaga no Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Campelo recebeu 48 votos a favor e 10 contra, além de uma abstenção. Sua indicação segue agora para a sanção do presidente Michel Temer.

No conselho, Emmanoel Campelo vai ocupar a vaga de Igor Vilas Boas de Freitas, cujo mandato terminou no último dia 4 de novembro. Mais cedo, o advogado foi sabatinado pelos parlamentares na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado e teve o nome aprovado por 18 votos a 1.

Emmanoel Campelo nasceu em Natal (RN) e tem 36 anos. Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, ele integrou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e é professor do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP).

Na tarde desta terça-feira, o Plenário aprovou também, por 58 votos a 4, a indicação do engenheiro Dirceu Cardoso Amorelli para a diretoria da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

### **Aneel propõe que Itaipu possa reduzir energia a distribuidoras do País em 2018**

08/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

A usina de Itaipu poderá fornecer 6,876 mil megawatts médios para as distribuidoras de energia do País em 2018. Para o Paraguai, a usina vai produzir 896,1 MW médios. A usina de Itaipu fornece energia para as concessionárias que atuam nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A proposta da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ficará em audiência pública entre os dias 8 e 22 de novembro.

Os volumes refletem a redução da garantia física da usina, que foi reduzida em 430 MW médios, para um total de 7,772 mil MW médios neste ano. Até o ano passado, a garantia física de Itaipu era de 8,2 mil MW médios. A garantia física representa o volume de energia que a usina pode entregar para o sistema elétrico.

A revisão dos valores de garantia física das usinas foi adiada por três anos. Os produtores eram contra esse recálculo, pois isso reduziria o volume de energia que eles poderiam comercializar. A revisão foi aplicada a todas as hidrelétricas do País e considerou a produção efetiva dessas usinas nos últimos anos.

Os valores calculados pela Aneel para Itaipu podem passar por novo recálculo devido à consulta pública realizada pelo Ministério de Minas e Energia (MME), que deve fazer ajustes no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

O MRE funciona como um clube das hidrelétricas, por meio do qual as usinas compensam a produção menor de uma com a geração maior de outra. O balanço final resulta no risco hidrológico, que representa o déficit de produção do conjunto de hidrelétricas do País.



## **China amplia importações de petróleo e cobre em outubro**

08/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

As importações de petróleo e cobre da China subiram na comparação anual de outubro, mas as de minério de ferro diminuíram, segundo dados preliminares divulgados hoje pela Administração Geral de Alfândega do país.

No mês passado, as compras chinesas de petróleo bruto mostraram avanço anual de 7,8%, a 31,03 milhões de toneladas, enquanto as importações de cobre aumentaram 14%, a 330 mil toneladas. Por outro lado, as de minério de ferro tiveram redução de 1,6%, a 79,49 milhões de toneladas.

Entre janeiro e outubro, as importações de petróleo bruto da China subiram 12% ante o mesmo período de 2016, a 349,08 milhões de toneladas, e as de minério de ferro cresceram 6,3%, a 896,23 milhões de toneladas, mas as de cobre recuaram 7,8%, a 3,76 milhões de toneladas.

Os dados também mostraram que a China exportou 270 mil toneladas de petróleo bruto em outubro, 6,9% menos que um ano antes. No acumulado de janeiro a outubro, as exportações chinesas de petróleo atingiram 3,85 milhões de toneladas, representando alta de 60%.

## **Vice-presidente da UE vem ao Brasil para negociações do acordo com Mercosul**

08/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

O vice-presidente da União Europeia para Emprego, Crescimento, Investimento e Competitividade, Jyrki Katainen, chega ao Brasil na sexta-feira, 10, para uma reunião com chanceleres do Mercosul. A visita é encarada como uma tentativa de dar um impulso político à negociação do acordo de livre comércio entre os dois blocos econômicos, que enfrenta dificuldades.

O dirigente europeu vai reunir-se com os chanceleres do Brasil, Aloysio Nunes, da Argentina, Jorge Faurie, e do Uruguai, Rodolfo Nin Novoa. O do Paraguai, Eladio Loizaga, encontra-se em viagem ao exterior.

Negociadores dos dois lados voltaram a reunir-se esta semana na capital federal para tentar avançar no acordo, depois que a rodada realizada em outubro terminou de forma frustrante. Do ponto de vista do Mercosul, os europeus descumpriram o acordo pelo qual deveriam apresentar, para negociação, uma proposta melhor do que a que estava sobre a mesa em 2004, quando o diálogo chegou a um impasse e ficou paralisado.

Mas, ao invés de melhorar, os europeus entregaram em outubro passado uma proposta pior para dois produtos: carne e etanol. No caso da carne, a oferta foi comprar 70.000 toneladas, quando o ponto de partida deveria ser 100.000 toneladas por ano. Para o etanol, a proposta foi de 600.000 toneladas, quando era esperado algo superior a 1 milhão de toneladas.

Os números decepcionaram os sul-americanos. No entanto, já estava claro que os europeus não trariam nada diferente para a rodada de negociações que ocorre esta semana.

Para sair do impasse, será necessário que os dois lados melhorem suas ofertas. Ou seja, o Mercosul também precisará abrir mais seu mercado ou oferecer vantagem adicional em investimentos, compras governamentais ou serviços para ter uma

proposta melhor para o etanol e a carne. O que os negociadores discutirão ao longo desta semana são os parâmetros para que sejam apresentados novos números.

Com tanta dificuldade, a ideia de se anunciar em dezembro o fechamento de um "acordo político", ou seja, um acordo com alguns pontos pendentes a serem detalhados, vai ficando mais difícil. Mas ele ainda é considerado possível.

### **Saques da poupança superam depósitos em R\$ 2,006 bi em outubro**

08/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

As cadernetas de poupança voltaram a encerrar o mês no vermelho. Em outubro, as cadernetas acumularam saque líquido de R\$ 2,006 bilhões, informou nesta terça-feira, 7, o Banco Central. Isso significa que as retiradas superaram o total depositado durante o mês. O resultado negativo ocorreu após uma sequência de cinco meses seguidos com captação positiva observada até setembro.

Em outubro do ano passado, houve saques líquidos de R\$ 2,712 bilhões e, em setembro de 2017, as contas terminaram com depósitos líquidos de R\$ 3,653 bilhões. Os saques das cadernetas se concentraram no decorrer da segunda, terceira e início da quarta semana do mês passado. De 9 a 26 de outubro, houve retirada líquida de R\$ 11,554 bilhões.

De acordo com o BC, o total de aplicações na poupança em outubro foi de R\$ 173,142 bilhões, enquanto os saques somaram R\$ 175,149 bilhões. O estoque do investimento na poupança está em R\$ 695,216 bilhões, já considerando os rendimentos de R\$ 3,212 bilhões no decorrer do mês passado.

No acumulado de 2017 até setembro, a poupança registra saques líquidos de R\$ 6,164 bilhões, resultado de aportes de R\$ 1,700 trilhão e retiradas de R\$ 1,706 trilhão. Em todo o ano passado, em meio à crise, R\$ 40,702 bilhões líquidos saíram da poupança.

Além da influência da crise econômica, a poupança vinha perdendo espaço, nos últimos anos, para outros investimentos, considerados mais atrativos. A remuneração da poupança era formada por uma taxa fixa de 0,5% ao mês mais a Taxa Referencial (TR) – esse cálculo valia para quando a Selic (a taxa básica de juros) estava acima de 8,5% ao ano. Como a Selic está atualmente em 7,50% ao ano, a remuneração da caderneta passou a ser formada pela TR mais 70% da Selic.

### **IGP-DI desacelera a alta a 0,10% em outubro fraqueza de preços no atacado, diz FGV**

08/11/2017 – Fonte: Reuters

O Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) desacelerou a alta a 0,10 por cento em outubro, contra 0,62 por cento em setembro, uma vez que a perda de força dos preços no atacado compensou a pressão no varejo.

Os dados divulgados nesta quarta-feira pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) ficou em linha com expectativa em pesquisa da Reuters junto a economistas de avanço de 0,11 por cento.

Em outubro, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA-DI), que responde por 60 por cento do indicador todo, passou a recuar 0,03 por cento, contra alta de 0,97 por cento no mês anterior.

Dentro do IPA, as Matérias-Primas Brutas apresentaram deflação de 1,92 por cento, ante avanço anterior de 1,34 por cento. A FGV destaca nesse movimento o comportamento dos itens minério de ferro, bovinos e algodão.

Já a pressão ao consumidor aumentou uma vez que o Índice de Preços ao Consumidor (IPC-DI) passou a subir 0,33 por cento, depois de apresentar queda de 0,02 por cento em setembro. O IPC-DI corresponde a 30 por cento do IGP-DI.

Segundo a FGV, a maior contribuição partiu do grupo Habitação, que avançou 0,70 por cento, ante recuo anterior de 0,40 por cento, sob a pressão principalmente do item tarifa de eletricidade residencial.

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-DI), por sua vez, acelerou a alta a 0,31 por cento em outubro, depois de subir 0,06 por cento em setembro. O INCC representa 10 por cento do IGP-DI.

O IGP-DI é usado como referência para correções de preços e valores contratuais. Também é diretamente empregado no cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) e das contas nacionais em geral.

### **Inadimplência recua 2,5% em 2017 até outubro e cede 4% em 12 meses**

08/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

A quantidade de pessoas que deixou de honrar compromissos financeiros caiu 2,5% nos dez primeiros meses de 2017, de janeiro a outubro, em comparação com igual período do ano passado, apontam dados da Boa Vista SCPC. Já na avaliação dos 12 meses encerrados em outubro (novembro de 2016 a outubro de 2017), houve queda de 4,0% ante o registrado nos 12 meses anteriores.

O movimento é explicado pela maior prudência nos gastos entre as famílias, pressionadas pelas dificuldades impostas pela crise financeira nos últimos anos. “As adversidades ocorridas na economia ao longo dos últimos dois anos geraram grande cautela nas famílias, inibindo o consumo e, conseqüentemente, contribuindo para a diminuição do fluxo de inadimplência”, diz a Boa Vista em nota.

Para a entidade, diante do cenário de expansão gradual da economia e renda, com juros menores e inflação controlada, a expectativa é de “uma retomada sustentável da demanda de crédito, expandindo a renda disponível das famílias, fatores que deverão colaborar para a manutenção de um ritmo estável do estoque de inadimplência em 2017”.

### **Regiões**

Na análise de 12 meses, apenas a Região Sul registrou crescimento da inadimplência, com alta de 0,2%. No Nordeste, a queda foi de 5,2%, enquanto no Sudeste foi registrado recuo de 4,8%. Na Região Norte, a inadimplência cedeu 4,2% e houve queda de 2,7% no Centro-Oeste.

### **Indicador antecedente de emprego sobe em outubro e sinaliza mercado de trabalho favorável à frente, diz FGV**

08/11/2017 – Fonte: Reuters

O Indicador Antecedente de Emprego (IAEmp) voltou a subir em outubro, sinalizando um mercado de trabalho favorável nos próximos meses, afirmou nesta quarta-feira a Fundação Getulio Vargas (FGV).

A FGV informou que o IAEmp, que antecipa os rumos do mercado de trabalho no Brasil, registrou no mês passado avanço de 2,3 pontos e atingiu 102,9 pontos.

“A recuperação gradual da economia e as perspectivas de um maior crescimento em 2018 sugerem que a geração de emprego deverá ser mais forte no próximo ano”, disse o economista da FGV/IBRE Fernando de Holanda Barbosa Filho em nota.

Segundo ele, o indicador reflete um sentimento de melhora dos empresários nas condições de negócios nos próximos seis meses e também expectativa dos consumidores de um cenário mais favorável para o mercado de trabalho.

Os dados, no entanto, mostram ainda que o Indicador Coincidente de Emprego (ICD), que capta a percepção das famílias sobre o mercado de trabalho, apresentou recuo de 0,5 ponto em outubro e foi a 97,1 pontos, mostrando que a situação atual do mercado de trabalho ainda é difícil.

No terceiro trimestre, o número de desempregados no Brasil foi abaixo de 13 milhões pela primeira vez desde o início do ano e a taxa de desemprego caiu a 12,4 por cento, porém a melhora do mercado de trabalho continua baseada na informalidade.

### **Correção: Bens e serviços consumidos no Natal terão deflação pela 1ª vez em 2017**

08/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

A matéria publicada anteriormente tinha uma incorreção no primeiro parágrafo do texto. A deflação de 1,1% foi acumulada no período de 12 meses até outubro, e não no ano, como havia sido divulgado. Segue abaixo o texto corrigido.

Os preços dos bens e serviços mais consumidos no Natal estão caminhando para registrar deflação pela primeira vez em pelo menos 17 anos, segundo cálculos da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O levantamento, com início em 2001, levou em consideração o movimento de preços de 214 itens, que já acumulam uma queda de 1,1% em 12 meses até outubro, após avanços de 9,8% no ano de 2016 e de 10,4% em 2015. O cálculo teve como referência os resultados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – 15 (IPCA-15), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nos últimos 12 meses encerrados em outubro, os maiores recuos de preços foram registrados pelos aparelhos de telefone celular (-9,1%), equipamentos de TV, som e informática (-7,7%) e alimentos para consumo no domicílio (-5,4%). Por outro lado, as passagens aéreas (+17,9%), os bilhetes de ônibus intermunicipais (+7,2%) e os tênis (+6,9%) devem permanecer consideravelmente mais caros do que no Natal passado.

A cesta de consumo mais barata aliada à melhora no mercado de trabalho, redução nos juros ao consumidor e liberação de recursos extraordinários (como o PIS/Pasep) fizeram a CNC revisar a projeção de crescimento das vendas para o Natal de 4,3% para 4,8% em 2017. O varejo vem de duas quedas seguidas nas vendas natalinas: -5% em 2015 e -4,9% em 2016. Em 2014, houve avanço de 1,8%.

“Se a situação melhorar, se o cenário permanecer favorável, podemos ter um Natal com vendas até melhores do que em 2013, quando cresceram 5%. Seria o melhor Natal em cinco anos. Esse crescimento maior não está descartado”, afirmou Fabio Bentes, chefe da Divisão Econômica da CNC.

A expectativa é que o varejo movimente R\$ 34,7 bilhões no Natal de 2017. Os segmentos de supermercados (R\$ 11,6 bilhões), vestuário (R\$ 9,0 bilhões) e artigos de uso pessoal e doméstico (R\$ 5,0 bilhões) devem responder por dois terços das vendas natalinas, mas o maior aumento em relação ao ano anterior deverá ocorrer nas lojas de móveis e eletrodomésticos, com avanço esperado de 17,4% no volume vendido.

“O mercado de trabalho ajuda nesse melhor desempenho. Já são seis meses seguidos de geração de vagas formais pelo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho), a taxa de desemprego vem recuando. Com

a inflação baixa e aumento da ocupação, o orçamento das famílias acaba preservado”, lembrou Bentes.

A melhora na expectativa de vendas provocará uma demanda maior por trabalhadores temporários. A CNC revisou de 73,1 mil para 73,8 mil a previsão de contratação de trabalhadores formais para o Natal deste ano. Os setores com maior geração de vagas são vestuário e calçados (48,4 mil vagas), hipermercados e supermercados (10,3 mil) e lojas de artigos de uso pessoal e doméstico (8,0 mil).

O salário médio de admissão deve alcançar R\$ 1.188, um avanço de 7,0% em termos nominais ante o mesmo período do ano passado. O maior salário de admissão será pago pelo ramo de artigos farmacêuticos, perfumarias e cosméticos (R\$ 1.443), seguido pelas lojas especializadas na venda de produtos de informática e comunicação (R\$ 1.389).

As perspectivas de um ano de 2018 também melhor devem aumentar a efetivação de trabalhadores temporários para 30% das 73,8 mil vagas previstas. Nos dois últimos anos, a taxa de absorção de temporários não passou de 15%, apontou a CNC.

### **Gerdau tem lucro líquido consolidado de R\$145 mi no 3º tri**

08/11/2017 – Fonte: Reuters

O grupo siderúrgico Gerdau teve lucro líquido consolidado de 145 milhões de reais no terceiro trimestre, alta de 52,6 por cento em relação ao mesmo período do ano passado, apoiado em uma receita maior em meio ao aumento dos volumes de produção e vendas, bem como pela redução de despesas.

A empresa ainda apurou um lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado de 1,166 bilhão de reais entre julho e setembro, 2,8 por cento menor na comparação anual, de acordo com dados divulgados nesta quarta-feira.

### **Com nova política de preços, reajustes de combustíveis pesam no bolso**

08/11/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

A disparada do preço do gás de botijão nos últimos meses já corrói a renda das famílias mais pobres. Há preocupação agora com relação aos repasses às bombas dos preços da gasolina e do diesel, que vêm experimentando sequência de forte alta nas últimas semanas.

O gás de botijão foi o que mais aumentou desde o início do governo de Michel Temer, quando a Petrobras passou a acompanhar mais de perto as cotações internacionais do óleo.

De acordo com dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), o preço do produto nas refinarias subiu 56% desde a semana anterior à posse de Temer. O dado, porém, não considera o último reajuste anunciado pela empresa na sexta (3), de 6,5%, o que elevaria a alta para 66,1%.

Gasolina e diesel têm aumento menor desde a mudança no comando da Petrobras, de 17% e 9%, respectivamente, pressionados também pela alta nas alíquotas de PIS/Cofins no fim de julho. Mas a pressão se intensificou nas últimas semanas, com a escalada de preços do petróleo.

Nos últimos dois meses, desde que inverteram a curva de queda, os reajustes da Petrobras para a gasolina acumulam 19,6%. No caso do diesel, é de 11,3%.

## **PRESSÃO**

Ao lado da conta de luz, o gás de botijão tem sido um dos maiores fatores de pressão no IPC-C1, índice da FGV que mede a inflação das famílias que ganham entre R\$ 937 a R\$ 2.342.

"O gás de botijão é o principal combustível das famílias de baixa renda, que já vêm sofrendo também com o preço da energia", diz André Braz, economista da FGV. A conta de luz, por sua vez, subiu 4,16% em outubro, pressionada pelo uso de térmicas. Gás e energia consomem 6,5% no orçamento das famílias de baixa renda. Neste ano, segundo a FGV, os reajustes elevaram em quase 11% os gastos delas com os dois produtos.

A Petrobras diz que os reajustes refletem a variação das cotações no mercado internacional, "devido à conjuntura externa e à proximidade do inverno no Hemisfério Norte, e a variação do câmbio". Pesaram ainda, segundo a estatal, a passagem do furacão Harvey no golfo do México, a redução dos estoques globais e questões geopolíticas

O aumento é fruto também da política de cortar subsídios concedidos nas gestões petistas. O preço do produto ficou congelado durante 13 anos, entre 2002 e 2015.

A alta, porém, representa quase o dobro da verificada no preço do gás destinado a clientes comerciais e industriais, que subiu 29% desde a mudança de governo.

A expectativa do mercado é que os reajustes se mantenham nos próximos meses, embora em ritmo menor, pois o barril segue em alta.

O preço do petróleo tem oscilado em US\$ 62 por barril e já há expectativas que irá a US\$ 70. "Há desconforto com relação ao preço da gasolina, mas, considerando as taxas de câmbio e preço do petróleo, teria que subir mais uns 20% nas refinarias", diz o economista-chefe do Santander, Maurício Molon.

## **Google põe nas ruas carro autônomo sem motorista para emergências**

08/11/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Patricia de Melo Moreira/AFP



John Krafcik, presidente-executivo da Waymo, empresa de carros autônomos do Google, durante evento em Lisboa

Os primeiros carros verdadeiramente autoguiados —veículos que circulam pelas ruas sem que ninguém esteja presente para assumir o controle do veículo em caso de emergência— finalmente chegaram.

A Waymo, que começou como um projeto de veículos autoguiados do Google, anunciou nesta terça-feira (7) que tinha carros autoguiados circulando em certas áreas da cidade de Phoenix, Arizona, sem a presença de operadores no banco da frente.

As pessoas que tomarão parte do teste da Waymo em Phoenix, localizada em uma região desértica do sudoeste dos EUA, poderão chamar os carros por meio de um app "já nos próximos meses", anunciou a companhia.

Tema de muita especulação nos últimos anos, os carros guiados têm o potencial de se tornar uma das novas tecnologias mais desordenadoras e ocupam posição central em uma corrida entre grandes montadoras de automóveis e grupos de tecnologia nos Estados Unidos, China e Europa.

Mas, embora diversos grupos já estejam testando protótipos nas ruas com motoristas por trás do volante para assumir o controle em caso de emergência, a maioria dos observadores acredita que veículos plenamente autoguiados só estarão no mercado dentro de dois anos.

John Krafcik, o presidente-executivo da Waymo, anunciou o avanço em uma conferência de tecnologia em Lisboa, nesta terça-feira.

Funcionários da empresa estão testando o sistema; eles se acomodam nos assentos traseiros dos carros, escolhem uma de três rotas e depois permitem que o veículo cuide de todo o resto.

O teste, embora limitado a uma área não especificada da cidade, "não é uma demonstração ou evento extraordinário", mas o início de "uma nova fase para a Waymo e para a história dessa tecnologia", disse Krafcik.

A empresa planeja expandir o teste para toda a área de Phoenix, com 1.500 quilômetros quadrados, mas não mencionou um cronograma específico.

### **VANTAGEM TECNOLÓGICA**

O Google causou choque ao setor automobilístico ao revelar a primeira versão de sua tecnologia então rudimentar para veículos autoguiados, sete anos atrás, e subsequentemente investiu mais de US\$ 1 bilhão em suas pesquisas sobre veículos.

Os rivais reconhecem que o grupo continua a ter vantagem tecnológica, embora os céticos questionem se a inteligência artificial dos carros é boa o suficiente para responder aos muitos eventos imprevistos que podem acontecer nas ruas, ou para interagir com seres humanos.

O medo de que o controle do Google sobre a tecnologia dos veículos autoguiados venha a conferir à empresa um poder semelhante ao que a Microsoft exercia sobre os computadores no passado também causou dificuldade para que o grupo de internet encontre aliados no setor automobilístico.

Apesar de uma longa campanha diplomática, o único sucesso do grupo até agora foi junto à Fiat Chrysler, e um dos modelos de minivans da montadora foi adaptado para o teste em Phoenix.

Isso forçaria o Google a financiar e a cuidar da manutenção de uma frota de carros autoguiados grande o bastante para sustentar um serviço de transporte de passageiros, uma proposição potencialmente dispendiosa se a empresa tentar expandir a ideia e criar um serviço comercial pleno em diversas cidades.

No entanto, Krafcik disse que manter os carros em operação resulta em ganhos de eficiência.

"Uma pequena frota de carros plenamente autoguiados poderia atender a toda uma comunidade", disse.

A Waymo acredita que seja a primeira empresa a atingir aquilo que o mundo dos carros autoguiados define como Nível 4, o que significa que seus carros podem operar de maneira plenamente autônoma em áreas que tenham sido cuidadosamente mapeadas e testadas.

"É uma decisão que revela muita confiança", disse Michael Harley, editor do "Keley Blue Book" e da "Auto Trader", duas publicações sobre comércio de automóveis.

"A vantagem da Waymo é que eles têm literalmente milhões de quilômetros rodados", disse, por estarem testando carros autoguiados há anos e já terem recolhido dados "sobre 99% das coisas que podem acontecer nas ruas".

Ele acrescentou que isso havia levado a Waymo a "deixar para trás" marcas como a Audi, que está a ponto de colocar no mercado uma tecnologia menos avançada de assistência a motoristas conhecida como Nível 3.

Uber, General Motors, Delphi, BMW e outros vêm conduzindo testes para chegar ao Nível 4, mas todos ainda mantêm um motorista nos seus carros de teste.

## **CRÍTICAS**

Os críticos argumentam que não se sabe muito sobre a tecnologia da Waymo.

"Realmente não sabemos o que está acontecendo, pelo menos não com base em dados significativos", disse John Simpson, do grupo de defesa do consumidor norte-americano Consumer Watchdog.

"Preocupa-me que eles estejam seguindo o caminho costumeiro do Vale do Silício, de lançar alguma coisa em versão beta e corrigir os defeitos ao longo do caminho."

O Arizona é um dos diversos Estados norte-americanos que concordaram em permitir testes de carros autoguiados em suas ruas e estradas, desde que eles respeitem os padrões federais de segurança. O Google satisfaz esse requisito recentemente, ao concluiu um processo de autocertificação.

Krafcik disse que "objetivo final" de sua empresa era levar a tecnologia a "mais cidades nos Estados Unidos e em todo o mundo".

Uma das primeiras áreas onde isso deve acontecer é Mountain View, na Califórnia, onde fica a sede da Alphabet, a controladora da Waymo.

A empresa vem mapeando exaustivamente as ruas em torno de sua sede, e testando carros na área, desde os primeiros dias do projeto do Google, e as autoridades regulatórias indicaram que pretendem relaxar as regras que restringem a circulação de veículos autoguiados no Estado no começo do ano que vem.

## **Carros podem receber selo de segurança no Brasil**

08/11/2017 – Fonte: Automotive Business

As montadoras devem ter um impulso extra para melhorar a **segurança dos veículos** nos próximos anos. Além da legislação que impõe a adoção de tecnologias capazes de salvar vidas, as empresas terão de lidar com a pressão do consumidor, que terá mais clareza do nível de segurança de cada carro por meio de uma etiqueta. Aos moldes do que já acontece quando o assunto é eficiência energética, cada modelo será classificado com uma letra que indica seu patamar em relação aos outros automóveis da categoria.

Este selo deverá ser colado nos carros novos, tornando-se mais um fator para que o cliente tome a decisão de compra quando vai à concessionária. O projeto está em discussão no grupo de trabalho de Segurança Veicular do Rota 2030, o novo conjunto de regras que vai guiar o desenvolvimento da indústria automotiva pelos próximos anos.



“É quase certo que esta solução será adotada”, conta Alexandre Pagotto, que lidera o marketing da área Chassis Systems Control da Bosch e integra o grupo de trabalho pelo Sindipeças. Segundo ele, este será um dos pilares da atuação em segurança veicular que deve ser adotada pela nova legislação.

Outro ponto essencial, conta, é a definição de um “road map” que determinará prazos para a adoção de tecnologias nos próximos anos. “Assim as empresas terão clareza do que vai acontecer e poderão programar seus investimentos.”

O terceiro pilar, diz Pagotto, é o incentivo fiscal, que servirá de estímulo para que as montadoras cumpram o cronograma. Ele evita entrar em detalhes, mas reconhece que o acerto mais provável seja a definição de um valor adicional de IPI, com a concessão de descontos conforme as companhias cumpram as regras do Rota 2030.

A etiquetagem de cada empresa deve ser feita por autodeclaração, diz Pagotto. “As montadoras vão informar os parâmetros e tecnologias que entregam cada carro e isso vai gerar uma classificação de segurança.”

Segundo ele, chegou a ser discutida a possibilidade de contar com órgãos externos para fazer a certificação, como o Latin NCAP, por exemplo, mas isso poderia aumentar demais a complexidade da solução. Além disso, a ideia certamente não teria grande popularidade entre as montadoras.

## **Congresso SAE Brasil: engenharia automotiva à espera do Rota 2030**

08/11/2017 – Fonte: Automotive Business



O **Congresso SAE Brasil** parece enfim ter deixado para trás o clima de saudade dos bons tempos da indústria. A edição deste ano do evento, que acontece em São Paulo (SP) até quinta-feira, 9, tem outro foco: a recuperação.

O patamar recorde das exportações e a recente reação do mercado brasileiro alimentaram o ânimo das empresas para planejar o futuro no mercado local. Por outro lado, antes de dar passos mais consistentes a indústria aguarda o Rota 2030, conjunto de regras que vai guiar os próximos anos. Talvez por isso, esta edição do evento olhou mais adiante com o tema “A mobilidade inteligente e a transição para o futuro”.

Na abertura do encontro, Mauro Correa, presidente do Grupo Caea e a da SAE Brasil, deu a dimensão do desafio que o setor enfrenta. “Uma revolução está em curso e precisamos ter engenharia capaz de projetar os próximos 10 ou 20 anos.”

E complementou: “Precisamos quebrar paradigmas para chegar a soluções inteligentes e inovadoras.” Nesse contexto nebuloso, a tentativa do Congresso SAE é justamente de ajudar engenheiros automotivos a encontrar caminhos. “Não vamos falar aqui apenas de novas demandas por produtos, mas de outros modelos de negócio”, complementa João Pimentel, diretor de operações da Ford Caminhões e presidente da edição deste ano do Congresso SAE.

Para entregar o que promete, o evento conta com 17 discussões temáticas, dezenas de sessões técnicas e ainda uma área com 35 empresas expositoras.

"A nossa proposta é de um trabalho multidisciplinar para atender demandas do futuro. Acreditamos na capacidade da engenharia brasileira para superar desafios", reforçou.

Depois de acontecer em grandes pavilhões nos últimos anos com espaço de sobra, esta edição do Congresso SAE foi transferida para um novo espaço, o Pro Magno, na Zona Norte de São Paulo. Assim, da mesma forma como aconteceu com o mercado automotivo brasileiro nos últimos anos, a exibição ficou menor, adequada aos novos tempos.

## **ROTA 2030 PODE DEMORAR MAIS**

Todos os representantes da indústria que discursaram na abertura do evento tiveram um ponto em comum: a importância do Rota 2030. "Estamos saindo da pior crise do setor automotivo.

A definição destas novas regras vai criar um caminho de crescimento e organizar o desenvolvimento desta indústria nos próximos anos", destacou Dan Ioschpe, presidente do Sindipeças. Ele reconhece que a política tende a demorar um pouco mais do que o esperado para ficar pronta, mas entende que esta não é a questão mais importante.

"É uma política de longo prazo, então não temos de ter pressa para que ela fique pronta, mas sim buscar que ela garanta integração competitiva da indústria local", avalia. O conjunto de regras começou a ser discutido entre maio e junho, com a promessa de que seria anunciada em agosto.

O prazo não foi cumprido e não há nova previsão, apenas a expectativa de que as definições aconteçam até o fim do ano. Ioschpe lembra, no entanto, que não é obrigatório que todas as regras saiam ao mesmo tempo e, portanto, a divulgação pode acontecer pouco a pouco.

Antonio Megale, da Anfavea, destacou no Congresso SAE a relevância de definir uma abordagem de longo prazo. "É a primeira vez que daremos esta visão para o setor, com um direcionamento." Para o dirigente, o Rota 2030 é a chance de o Brasil ocupar o espaço que lhe pertence dentro da transformação global da indústria automotiva.

"As tendências são muito mundiais, mas precisamos explorar as nossas potencialidades como região", diz, citando os motores flex e a capacidade do mercado brasileiro de voltar a ser o quinto maior do mundo em volume de vendas.

Megale lembra que neste ano o País avançou para se posicionar como um grande produtor de carros. "O meu antecessor na Anfavea, Luiz Moan, sonhava com uma indústria brasileira forte globalmente, com 1 milhão de veículos exportados por ano. Hoje eu acredito nisso quando olho para o volume recorde de 700 mil unidades que serão vendidas internacionalmente até o fim de 2017."

## **Fras-le enfrenta redução de lucros com oscilação cambial em 2017**

08/11/2017 – Fonte: Automotive Business

A elevação das vendas domésticas não foi suficiente para compensar a redução do faturamento das operações no exterior devida à oscilação cambial desfavorável, o que levou à **redução dos lucros da Fras-le** em 2017.

De janeiro a setembro a receita líquida da fabricante de sistemas de freios somou R\$ 611,3 milhões, em leve recuo de 1,1% na comparação com o mesmo período de 2016, levando em conta o crescimento de 8,7% nos ingressos internos, para R\$ 299,7 milhões, e queda de 8,9% nos externos, de R\$ 311,6 milhões.

Com essa evolução, o lucro líquido apurado em nove meses ficou praticamente estável com margem de 8,8% em R\$ 53,7 milhões, apenas 0,6% menor do que os R\$ 53,4 milhões registrados em igual intervalo de 2016, em desempenho bastante diferente do resultado operacional, que se retraiu 37,6% no período, para R\$ 49,4 milhões. A empresa explica que o no período acumulado de três trimestres o lucro líquido contou com efeito do benefício fiscal de R\$ 9 milhões pelo pagamento de juros sobre capital.

Apesar dos resultados financeiros estagnados do ano, os números apurados no terceiro trimestre isoladamente apontam para uma reversão de cenário, com desempenho positivo em todas as métricas.

Receitas e lucros cresceram em relação ao mesmo trimestre do ano passado. O faturamento líquido de R\$ 218,9 milhões foi 11,4% maior, com crescimento tanto no mercado interno (+12,5%) quanto no externo (+10,4%). O lucro operacional trimestral avançou 46,6%, para R\$ 19,6 milhões, mas o resultado líquido caiu 29,6%, R\$ 15,9 milhões.

A empresa segue em expansão das suas operações fora do Brasil, que representam mais da metade do faturamento da Fras-le. "Continuamos caminhando a passos largos no mercado internacional por meio das unidades nos Estados Unidos e na Ásia, warehouse (centro de distribuição) na Argentina e Alemanha e as operações comerciais em todos os continentes.

Essa estratégia ganha força com a inauguração, em novembro, da nova planta na China, adicionando capacidade e know-how para uma atuação mais forte naquele país, e a nova operação comercial na Colômbia, com warehouse para apoiar e reforçar a presença da empresa nos mercados da Colômbia, Peru, Equador, Norte da América do Sul, América Central e Caribe", observa Sérgio de Carvalho, diretor-presidente e de relações com investidores da Fras-le e COO da Randon S.A. – Divisão Autopeças, da qual a Fras-le faz parte.

Os principais mercados no exterior, entre os quais Estados Unidos e Argentina, segundo a Fras-le apresentaram desempenho inferior à média histórica de vendas. Mas as exportações a partir do Brasil, no terceiro trimestre, registraram melhor performance em relação aos trimestres anteriores.

Entre os destinos com aumento nos embarques aparecem México, regiões como Oceania e Oriente Médio, além de alguns países na América do Sul. As vendas externas a partir do Brasil somaram US\$ 20 milhões no terceiro trimestre, número que evoluiu 3,1% em comparação ao segundo trimestre, enquanto nos nove meses foram acumulados US\$ 63,8 milhões, correspondendo a queda de 15,3% na comparação com os mesmos nove meses de 2016.

Segundo a empresa, o fortalecimento da presença externa da Fras-le, somado à sua já forte presença de mercado no Brasil, com direcionamento de quase 90% das vendas para o segmento de reposição, resulta na resiliência de suas receitas e resultados.

### **Marcopolo obtém lucro líquido de R\$ 178,4 mi**

08/11/2017 – Fonte: Automotive Business



A Marcopolo registrou no acumulado dos três primeiros trimestres de 2017 um lucro líquido de R\$ 178,4 milhões, valor 29,2% menor que o obtido no mesmo período do ano passado. A queda é decorrente da venda em 2016 de parte das ações da New

Flyer.

Os bons resultados em 2017 decorrem do aumento da produção. No acumulado do ano a fabricante montou no Brasil 5,9 mil ônibus, anotando alta de 21,3% sobre o mesmo período do ano passado.

A produção local somada à montagem no exterior totaliza 7,5 mil unidades, registrando crescimento de 22,3%. As unidades que alcançaram os melhores resultados fora do Brasil foram as controladas Polomex (México) e Volgren (Austrália) e as coligadas Metalpar/Metalsur (Argentina) e TMML (Índia). A Polomex registrou crescimento em sua produção de 38,1% no período de janeiro a setembro de 2017, com 983 unidades fabricadas.

As operações da Argentina também cresceram. Foram 654 unidades fabricadas de janeiro a setembro, resultando em alta de 10,6% sobre iguais meses de 2016.

### **PRODUÇÃO DA VOLARE SOBE 42%**

Também a divisão de micro-ônibus Volare apresentou bom desempenho. Fabricou 1,3 mil veículos de janeiro a setembro, 42,2% a mais que nos mesmos nove meses do ano passado.

### **EXPORTAÇÕES ESTÁVEIS**

Entre janeiro e setembro a Marcopolo enviou ao exterior 1.875 ônibus, ante 1.874 no mesmo período de 2016. A empresa informa que apesar de as exportações terem caído no terceiro trimestre, o melhor desempenho registrado nos dois primeiros permitiu tamanho equilíbrio com iguais meses do ano passado. Vale dizer também que 2016 foi um bom ano para as exportações do de ônibus, com alta de mais de 30% puxada pela Marcopolo.

O diretor geral da Marcopolo, Francisco Gomes Neto, atribui o bom resultado do trimestre a ações adotadas imediatamente após o incêndio que atingiu em setembro a unidade de plásticos localizada em Caxias do Sul. O problema forçou a companhia a paralisar por duas semanas a atividade na unidade de Ana Rech e por uma semana na unidade Planalto, responsáveis por mais de 60% da produção da empresa no Brasil. Gomes Neto ressalta também o empenho dos colaboradores e a compreensão dos clientes.

### **Venda de usados cresce 9% em veículos leves**

08/11/2017 – Fonte: Automotive Business



A venda de automóveis e comerciais leves usados continua registrando crescimento, apesar da recuperação na venda de novos. No acumulado até outubro, 8,8 milhões de unidades usadas trocaram de mão, anotando alta de 9% sobre o mesmo período do ano passado.

Os dois segmentos tiveram desempenho positivo nos dez meses. Entre os automóveis de segunda mão foram 7,6 milhões aqueles que trocaram de dono, acréscimo de 9,4% sobre igual período do ano passado. A transação de comerciais leves usados envolveu

1,2 milhão de veículos, com alta de 7,2%. Os números foram divulgados pela Fenabreve, federação que reúne as associações de concessionários.

A Fenabreve revela também que 14,6% desses usados negociados no período eram modelos com até três anos de uso. E a proporção de veículos de segunda mão sobre os zero-quilômetro se mantém elevada: 4,7 por 1 em automóveis e 4,1 por 1 em comerciais leves.

## **PESADOS TAMBÉM CRESCEM**

De janeiro a outubro foram negociados no País 286,5 mil caminhões usados. O total é 4,9% maior que o anotado no mesmo intervalo de 2016. A alta é em parte o reflexo da retração na venda de novos. O segmento de caminhões é o único entre os zero-quilômetro que mantém queda no acumulado até outubro ante igual período de 2016. Assim, a proporção de usados para cada novo é a mais alta entre todos os segmentos: 5,9 por 1.

A venda de ônibus de segunda mão até outubro somou 40,7 mil unidades e a maior alta de todos os segmentos, 24,1% sobre igual período do ano passado. O movimento também reflete o fraco desempenho dos zero-quilômetro, que anotaram alta de apenas 1% no período. Segundo a Fenabreve, a proporção entre ônibus usados e novos está em 3,2 por 1.

## **NAS MOTOS, ALTA DE 5,3%**

No segmento de duas rodas, 2,4 milhões de motos trocaram de dono. O total representa alta de 5,2% em relação ao mesmo período de 2016, enquanto a venda de motos novas caiu mais de 15% no ano. A proporção de usadas e novas é de 3,6 por 1.

Vale dizer também que o total de motos negociadas em 2017 (novas e usadas) ficará em torno de 3,76 milhões, o que dará um pequeno crescimento de 1%, enquanto o mercado de novas terá queda superior a 4%.

Os números comprovam que os modelos de segunda mão suprem parte da demanda por novas, ainda reprimida pela restrição ao crédito.

## **Iveco mostra conceito acessível ao motorista Daily Life**

08/11/2017 – Fonte: Automotive Business



A Iveco Bus apresentou na terça-feira, 7, durante a segunda edição de seu evento Bus Experience, o conceito Daily Life, van baseada na versão Elevittá e que desta vez traz seu conceito para motoristas com mobilidade reduzida: um dispositivo mecânico pneumático projeta o assento do motorista para fora do veículo por meio de controle remoto, se posiciona até o nível do motorista cadeirante, que se transfere para o assento e é elevado até o cockpit.

Segundo o gerente de marketing de produto da Iveco Bus para a América Latina, Gustavo Serizawa, o modelo ainda está em fase de desenvolvimento - o projeto começou há seis meses - e não há previsão de sua chegada ao mercado, embora já esteja sendo pensado para Brasil e outros países da América Latina. "Estamos em um

estágio muito avançado, mas o lançamento ainda depende do total de intervenções [adaptações] que temos que fazer no veículo”, justifica.

Baseada na versão de 18 lugares, a Daily Life, que também pode contar com o dispositivo Elevittá para passageiros, já possui adaptações pensadas para o motorista que usa cadeira de rodas: freio de mão elétrico acionado por botão, acelerador no volante e outro botão na alavanca do câmbio que aciona a embreagem, tudo ao alcance do motorista.

“Estamos inaugurando um novo modelo de mercado de trabalho. É um conjunto confiável, qualquer um pode dirigir. Traz rentabilidade para o operador, que precisa pensar na legislação de cotas, e traz a oportunidade de inclusão para este profissional”, afirma Serizawa. De acordo com o executivo, dados recentes do IBGE mostram que 45 milhões de brasileiros se declaram ter algum tipo de mobilidade reduzida. “Não é só o cadeirante, precisamos pensar também no público idoso e obesos.”

Sobre o custo, o gerente estima que o projeto Life deve começar em valores que representem de 10%, 20% ou até 30% do valor de uma Daily Elevittá, que hoje custa em média algo em torno de R\$ 160 mil a R\$ 170 mil. Ele aproveita para informar que atualmente, 20% da produção da van Daily é na versão Elevittá, a maioria para o mercado interno.

## **Toyota reforça aposta em híbridos no País**

08/11/2017 – Fonte: Automotive Business



Prius: 2 mil unidades vendidas no Brasil em 10 meses

Parece que está funcionando bem a nova tentativa de emplacar no Brasil a tecnologia de veículos híbridos feita pela Toyota há pouco mais de um ano, quando lançou a quarta geração do Prius no País.

Com preço próximo ao de sedãs da mesma categoria (R\$ 126,6 mil atualmente), mais propaganda e maior disponibilidade de produto em estoque, as vendas do Prius dispararam este ano, atingiram cerca de 2 mil unidades nos 10 meses entre janeiro e outubro, ou quatro vezes mais que os 485 emplacamentos em todos os 12 meses de 2016.

Nas concessionárias da marca japonesa, vendedores revelam que, depois de testar o híbrido e compreender suas vantagens, alguns clientes já estão trocando o Corolla pelo Prius.

Para tornar mais popular a tecnologia híbrida e o seu Prius no Brasil, a Toyota vem elevando gradativamente os investimentos em divulgação e publicidade. Há cerca de um ano começou a veicular propaganda do Prius em TV por assinatura.

Esta semana inaugurou no Parque Villa Lobos, em São Paulo, a Hybrid House, um estande onde os visitantes podem conhecer o Prius e seus sistemas. O espaço fica aberto por cerca de uma semana e depois segue para o Rio de Janeiro. Está nos planos realizar a mesma ação em outras cidades.

Esse novo mercado aberto pela Toyota em 2013, quando trouxe o primeiro Prius ao

Brasil – principalmente para frotas de táxis devido ao preço muito elevado –, pode ganhar fôlego adicional se for confirmado o plano da marca em colocar em 2018 mais um híbrido à venda no País, o SUV compacto C-HR fabricado na Turquia e no Japão, hoje com mais da metade das vendas concentradas na versão híbrida.

O problema até agora é a falta de modelos disponíveis para importar, já que o carro faz sucesso na Europa desde o lançamento em 2016 e toma 100% da produção da fábrica turca.

Por causa dessa dificuldade a Toyota ainda não confirma o lançamento, mas executivos da marca concordam que o C-HR híbrido poderia catapultar as vendas de híbridos no País, pois colocaria a marca na disputa do segmento que mais cresce no País, o de SUVs compactos, com potencial de aumentar bastante o interesse dos brasileiros pela tecnologia que combina no veículo o uso de motores elétrico e a combustão para reduzir emissões e economizar combustível – o Prius tem consumo medido pelo Inmetro de 18,9 km/l com a gasolina brasileira misturada com 27% de etanol.

### **VANTAGEM TRIBUTÁRIA**

A vantagem de trazer só a versão híbrida é o imposto de importação bem menor, de 4%, contra 35% para os importados só com motor a combustão. Foi justamente essa diferenciação de tributação, adotada pelo governo brasileiro desde 2014, que permitiu à Toyota praticar preços mais competitivos para o seu híbrido. Além disso, o Estado do Rio de Janeiro e algumas cidades paulistas, como Indaiatuba, Sorocaba e São Paulo, isentam os híbridos do pagamento de IPVA.

“Está melhor do que era antes [com imposto de 35%]. O preço do Prius já foi 30% maior que o do Corolla, hoje é em torno de 10%. Mas a tributação de IPI sobre os híbridos ainda é maior em comparação com modelos a combustão. Existe espaço para corrigir isso no Rota 2030 [o programa de desenvolvimento do setor automotivo que está em discussão entre governo e representantes da indústria]”, avalia Ricardo Bastos, diretor de relações públicas e governamentais da Toyota do Brasil.

“Sabemos que atualmente é difícil discutir qualquer tipo de isenção fiscal, mas o que propomos é uma tributação mais justa para um produto que traz indiscutíveis benefícios ambientais”, acrescenta.

O aumento das vendas do Prius também ajudou a Toyota a cumprir as metas de eficiência energética do Inovar-Auto, cuja média a ser atingida por fabricante é calculada com base no consumo e no volume de vendas de cada carro – ou seja, não basta ter um veículo muito econômico na lista de produtos à venda, mas também é necessário que ele seja bem vendido para influenciar positivamente na média de consumo. No caso de híbridos, pelas regras do Inovar-Auto, cada modelo comercializado é multiplicado por 1,85, para assim aumentar sua influência sobre o total de vendas.

“Atingimos as metas”, informa Bastos, sem confirmar se a Toyota conseguiu ou não superar os objetivos para ganhar bonificação de um ou dois pontos percentuais no IPI de seus carros. “Só vamos divulgar isso depois que o governo publicar nossos números”, diz.

Mas ele lembra que a empresa investiu fortemente para perseguir redução de consumo e emissões, como a introdução dos novos motores 1.3 e 1.5 fabricados em Porto Feliz e usados pela família Etios, além da recalibração dos motores 1.8 e 2.0 do Corolla, que também passou a usar câmbio automático CVT. “É parte integrante de nossos objetivos estratégicos mundiais produzir carros com emissões de carbono cada vez menores”, diz.

Bastos avalia que o incentivo à eficiência energética deverá ser mantido nas novas

metas que deverão ser impostas no Rota 2030. “É preciso lembrar também que a tecnologia híbrida pode conversar muito bem com a matriz energética brasileira, com o desenvolvimento de motores flex para híbridos, ou mesmo para modelos elétricos alimentados por células de hidrogênio [que pode ser extraído do etanol]”, pondera o executivo.

Essa seria, segundo ele, mais uma razão para continuar apostando no crescimento dos híbridos no Brasil. “Nesse sentido, estamos buscando parcerias de desenvolvimento com universidades”, revela. Um Prius já foi cedido para estudos para a USP e outro deverá ser para a UNB.

## **RÁPIDO NO MUNDO, LENTO NO BRASIL**

Por falta de maiores incentivos, as poucas opções de propulsão eletrificada no País avançaram muito lentamente desde 2011, quando chegaram os primeiros Ford Fusion Hybrid. A frota de elétricos e híbridos vendidos soma cerca de 6 mil unidades, mais da metade (3.269) são Toyota Prius e alguns poucos Lexus CT 200 (marca de luxo da Toyota). É quase nada quando se compara com os 11 milhões de carros híbridos já vendidos pela Toyota no mundo todo entre 1997, quando lançou o Prius, e 2016.

A escalada na venda de híbridos (e mais tarde dos elétricos com célula de hidrogênio) é parte fundamental da estratégia corporativa global adotada pela Toyota desde 2015. Mês passado no Salão de Tóquio a montadora anunciou que até 2040 irá vender somente veículos híbridos ou elétricos, eliminando completamente de seu portfólio carros movidos unicamente por motores a combustão. “Claro que o Brasil terá de acompanhar essa tendência”, resume Bastos.

### **BMW, Daimler, Ford e VW criam rede de recarga**

08/11/2017 – Fonte: Automotive Business



O Grupo BMW juntou-se à Ford Motor Company e também aos principais concorrentes alemães, Daimler AG e Grupo Volkswagen, para o lançamento da marca Ionity, empreendimento conjunto para a implantação de uma rede de estações de recarga elétrica de alta potência para automóveis em vários países europeus.

Ainda este ano haverá 20 dessas estações de carregamento, que serão instaladas nas principais estradas da Alemanha, da Noruega e da Áustria, em trechos com intervalos de 120 quilômetros de distância uma da outra.

A intenção é que até 2020 sejam erguidos cerca de 400 postos desse tipo. Eles estarão em locais estratégicos e tornarão viáveis os trajetos de longa distância para os veículos elétricos, para os quais a autonomia ainda é um ponto crítico.